

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	21
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	22
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	38
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	108
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	112
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	113

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	203.583.506
Preferenciais	0
Total	203.583.506
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	11.962.030	10.380.064	10.090.097
1.01	Ativo Circulante	27.220	48.156	78.118
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.179	431	419
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.393	8.763	32.010
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	13.393	8.763	32.010
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.648	38.962	45.689
1.01.08.03	Outros	1.648	38.962	45.689
1.01.08.03.01	Créditos com partes relacionadas	1.648	38.962	45.689
1.02	Ativo Não Circulante	11.934.810	10.331.908	10.011.979
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	56.202	1.569.445	1.562.567
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	56.202	1.569.445	1.562.567
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	55.315	48.108	24.976
1.02.01.10.04	Depósitos e bloqueios judiciais	887	710	695
1.02.01.10.05	Partes relacionadas	0	1.515.000	1.515.000
1.02.01.10.06	Outros	0	5.627	21.896
1.02.02	Investimentos	11.815.588	8.699.443	8.386.392
1.02.02.01	Participações Societárias	11.815.588	8.699.443	8.386.392
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	11.815.588	8.699.443	8.386.392
1.02.04	Intangível	63.020	63.020	63.020
1.02.04.01	Intangíveis	63.020	63.020	63.020
1.02.04.01.02	Ágio	63.020	63.020	63.020

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	11.962.030	10.380.064	10.090.097
2.01	Passivo Circulante	1.548.016	40.750	42.586
2.01.02	Fornecedores	156	463	433
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	156	463	433
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.204	288	393
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.204	288	393
2.01.03.01.02	Outros	1.204	288	393
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.528.037	35.983	41.751
2.01.04.02	Debêntures	1.528.037	35.983	41.751
2.01.05	Outras Obrigações	18.619	4.016	9
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	18.619	4.016	9
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	18.619	4.016	9
2.02	Passivo Não Circulante	485.218	1.917.674	1.917.204
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.515.000	1.515.000
2.02.01.02	Debêntures	0	1.515.000	1.515.000
2.02.02	Outras Obrigações	485.218	402.674	401.218
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	485.218	402.674	395.590
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	485.218	402.674	395.590
2.02.02.02	Outros	0	0	5.628
2.02.02.02.05	Outras obrigações	0	0	5.628
2.02.03	Tributos Diferidos	0	0	722
2.02.04	Provisões	0	0	264
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	0	264
2.02.04.01.05	Provisões Tributárias	0	0	264
2.03	Patrimônio Líquido	9.928.796	8.421.640	8.130.307
2.03.01	Capital Social Realizado	9.509.569	9.509.569	9.509.569
2.03.04	Reservas de Lucros	746.034	-709.674	-709.662
2.03.04.01	Reserva Legal	77.080	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.03.04.11	Ganhos e perdas em transações de capital	-780.919	-709.674	-709.662
2.03.04.12	Reserva de lucros	1.449.873	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-70.207	-604.661
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-326.807	-308.048	-64.939

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.709.271	551.367	334.360
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-275	-443	-624
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.350	0	-51
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.710.896	551.810	335.035
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.709.271	551.367	334.360
3.06	Resultado Financeiro	-96.723	-15.728	-41.756
3.06.01	Receitas Financeiras	31.265	95.795	45.582
3.06.02	Despesas Financeiras	-127.988	-111.523	-87.338
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.612.548	535.639	292.604
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	722	13.642
3.08.02	Diferido	0	722	13.642
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.612.548	536.361	306.246
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.612.548	536.361	306.246
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00792	0,00263	0,0015
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00792	0,00263	0,0015

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	1.612.548	536.361	306.246
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-18.759	-243.109	-7.801
4.02.01	Perda na atualização do plano de benefício	-21.176	-367.055	-11.738
4.02.02	Efeito de IR e CS sobre a perda na atualização do plano de benefício	7.200	124.798	3.991
4.02.03	Reflexo de variação cambial sobre investimento no exterior	-4.783	-852	-54
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.593.789	293.252	298.445

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-12.376	-9.988	-11.497
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.989	-6.072	-2.610
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	1.612.548	536.361	306.246
6.01.01.02	Provisão para variação cambial	82.544	10.915	40.125
6.01.01.03	Juros provisionados	12.815	-680	-304
6.01.01.04	Tributos diferidos, líquidos	0	-722	-13.642
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	-1.710.896	-551.810	-335.035
6.01.01.06	Provisão para contingências	0	-136	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.387	-3.916	-8.887
6.01.02.01	Tributos a recuperar, líquidos	-11.837	115	-1.759
6.01.02.02	Obrigações fiscais. Líquidas	916	-105	385
6.01.02.03	Parte relacionadas	2.020	1.694	-325
6.01.02.05	Fornecedores	-307	30	71
6.01.02.07	Provisões	0	-6	9
6.01.02.10	Outras obrigações circulantes e não circulantes	-179	-5.644	-7.268
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	24.124	10.000	10.000
6.02.01	Aumento de capital	-1.000	0	0
6.02.02	Aquisição de participação	-16	0	0
6.02.05	Dividendos	25.140	10.000	10.000
6.03.03	Mútuo concedido	0	0	-1.515.000
6.03.04	Empréstimos, debêntures e partes relacionadas obtidos	0	0	1.515.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	11.748	12	-1.497
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	431	419	1.916
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.179	431	419

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	-709.674	-70.207	-308.048	8.421.640
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	-709.674	-70.207	-308.048	8.421.640
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-71.245	-14.645	0	-85.890
5.04.08	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	-71.245	0	0	-71.245
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-14.645	0	-14.645
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.611.805	-18.759	1.593.046
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.612.548	0	1.612.548
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-743	-18.759	-19.502
5.05.02.06	Efeitos de outras movimentações de controladas	0	0	0	-743	0	-743
5.05.02.07	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	-13.976	-13.976
5.05.02.08	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	-4.783	-4.783
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.526.953	-1.526.953	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	77.080	-77.080	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.449.873	-1.449.873	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	746.034	0	-326.807	9.928.796

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	-709.662	-604.661	-64.939	8.130.307
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	-709.662	-604.661	-64.939	8.130.307
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-12	0	0	-12
5.04.08	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	-12	0	0	-12
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	534.454	-243.109	291.345
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	536.361	0	536.361
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.907	-243.109	-245.016
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	-242.257	-242.257
5.05.02.07	Efeitos de outras movimentações de controladas	0	0	0	-1.907	0	-1.907
5.05.02.08	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	-852	-852
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	-709.674	-70.207	-308.048	8.421.640

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	-709.662	-1.310.868	-57.138	7.431.901
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	399.961	0	399.961
5.02.01	Efeitos da adoção do IFRS 15	0	0	0	399.961	0	399.961
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	-709.662	-910.907	-57.138	7.831.862
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	306.246	-7.801	298.445
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	306.246	0	306.246
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.801	-7.801
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial em controlada	0	0	0	0	-7.747	-7.747
5.05.02.07	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	-54	-54
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	-709.662	-604.661	-64.939	8.130.307

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-238	-398	-616
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-238	-398	-616
7.03	Valor Adicionado Bruto	-238	-398	-616
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-238	-398	-616
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.742.161	647.605	380.617
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.710.896	551.810	335.035
7.06.02	Receitas Financeiras	31.265	95.795	45.582
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.741.923	647.207	380.001
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.741.923	647.207	380.001
7.08.01	Pessoal	37	45	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	37	45	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.812	5	-11.472
7.08.02.01	Federais	2.812	5	-11.472
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	126.526	110.796	85.227
7.08.03.01	Juros	43.522	92.859	41.761
7.08.03.02	Aluguéis	0	0	9
7.08.03.03	Outras	83.004	17.937	43.457
7.08.03.03.01	Variações cambiais passivas	82.544	11.036	40.125
7.08.03.03.02	Outras	460	4.194	447
7.08.03.03.03	Atualização monetária	0	2.707	2.885
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.612.548	536.361	306.246
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.612.548	536.361	306.246

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	76.972.969	75.983.072	71.382.940
1.01	Ativo Circulante	10.053.361	8.945.802	11.992.220
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	533.253	197.722	92.883
1.01.03	Contas a Receber	4.832.497	4.856.934	4.820.123
1.01.03.01	Clientes	4.832.497	4.856.934	4.820.123
1.01.04	Estoques	414.074	291.674	331.582
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.125.706	589.328	2.989.061
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.125.706	589.328	2.989.061
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.163.258	993.052	782.881
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.984.573	2.017.092	2.975.690
1.01.08.03	Outros	1.984.573	2.017.092	2.975.690
1.01.08.03.01	Créditos com partes relacionadas	1.490.346	1.444.680	2.482.539
1.01.08.03.02	Outros ativos contratuais	226.794	224.789	262.932
1.01.08.03.03	Ativo atuarial	135.928	135.928	0
1.01.08.03.04	Outros	131.505	211.695	230.219
1.02	Ativo Não Circulante	66.919.608	67.037.270	59.390.720
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.152.323	14.509.019	14.407.662
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.152.323	14.509.019	14.407.662
1.02.01.10.03	Depósitos e bloqueios judiciais	3.285.828	3.463.592	3.379.191
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	1.769.492	2.006.662	1.824.937
1.02.01.10.05	Tributos diferidos	7.600.750	7.562.178	7.686.607
1.02.01.10.06	Outros ativos contratuais	17.977	11.883	21.951
1.02.01.10.07	Despesas antecipadas	1.244.458	1.171.524	921.117
1.02.01.10.08	Ativo atuarial	121.655	205.176	393.675
1.02.01.10.09	Outros	112.163	88.004	180.184
1.02.02	Investimentos	1.989.646	784.219	997.531
1.02.02.01	Participações Societárias	1.989.646	784.219	997.531
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.989.404	784.200	997.513

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	242	19	18
1.02.03	Imobilizado	40.871.061	41.534.306	33.536.282
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	29.819.876	30.232.600	27.531.493
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	5.085.894	5.903.784	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	5.965.291	5.397.922	6.004.789
1.02.04	Intangível	9.906.578	10.209.726	10.449.245
1.02.04.01	Intangíveis	9.906.578	10.209.726	10.449.245
1.02.04.01.02	Intangível em operação	9.495.780	9.930.399	10.133.237
1.02.04.01.03	Intangível em andamento	410.798	279.327	316.008

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	76.972.969	75.983.072	71.382.940
2.01	Passivo Circulante	15.635.839	15.385.623	18.212.551
2.01.02	Fornecedores	7.657.181	9.025.208	10.821.818
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.657.181	9.025.208	10.821.818
2.01.03	Obrigações Fiscais	677.388	102.255	162.179
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	647.036	73.255	162.179
2.01.03.01.05	Outros	5.220	3.841	4.302
2.01.03.01.06	Obrigações fiscais federais	641.816	69.414	157.877
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	708	1.715	0
2.01.03.02.03	Obrigações fiscais estaduais	708	1.715	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	29.644	27.285	0
2.01.03.03.01	Obrigações fiscais estaduais	29.644	27.285	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.039.140	1.569.486	2.522.215
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	374.162	0	1.455.806
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	374.162	0	1.455.806
2.01.04.02	Debêntures	2.664.978	1.569.486	1.066.409
2.01.05	Outras Obrigações	3.786.777	4.191.874	4.266.363
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.686.421	2.178.451	3.701.083
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.686.421	2.178.451	3.701.083
2.01.05.02	Outros	2.100.356	2.013.423	565.280
2.01.05.02.04	Receitas diferidas	176.183	50.823	79.029
2.01.05.02.05	Passivo atuarial	11.833	14.563	16.216
2.01.05.02.06	Outras obrigações	421.429	436.418	470.035
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	1.490.911	1.511.619	0
2.01.06	Provisões	475.353	496.800	439.976
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	63.851	73.904	65.022
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	63.851	73.904	65.022
2.01.06.02	Outras Provisões	411.502	422.896	374.954

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.01.06.02.04	Participação de empregados no resultado	411.502	422.896	374.954
2.02	Passivo Não Circulante	40.671.531	43.273.109	36.790.552
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.654.615	6.070.078	4.116.198
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.154.615	2.455.078	1.198
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.154.615	2.455.078	1.198
2.02.01.02	Debêntures	3.500.000	3.615.000	4.115.000
2.02.02	Outras Obrigações	26.918.455	29.515.676	25.213.249
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	19.019.421	21.232.822	23.340.817
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	19.019.421	21.232.822	23.340.817
2.02.02.02	Outros	7.899.034	8.282.854	1.872.432
2.02.02.02.03	Passivo atuarial	2.566.859	2.359.249	1.493.011
2.02.02.02.04	Obrigações fiscais, líquidas	145.177	145.177	145.177
2.02.02.02.05	Outras obrigações, líquidas	323.584	268.575	82.870
2.02.02.02.06	Receitas diferidas	106.172	125.232	151.032
2.02.02.02.07	Fornecedores	824.294	769.880	342
2.02.02.02.08	Passivo de arrendamento	3.932.948	4.614.741	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	0	722
2.02.04	Provisões	8.098.461	7.687.355	7.460.383
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.289.185	6.975.839	6.719.615
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.590.536	4.408.455	4.269.666
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	890.787	924.350	854.720
2.02.04.01.06	Provisões cíveis e regulatório	1.807.862	1.643.034	1.595.229
2.02.04.02	Outras Provisões	809.276	711.516	740.768
2.02.04.02.04	Provisão para desmantelamento de ativos	809.276	711.468	740.702
2.02.04.02.05	Provisão para perdas com investimentos	0	48	66
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	20.665.599	17.324.340	16.379.837
2.03.01	Capital Social Realizado	9.509.569	9.509.569	9.509.569
2.03.04	Reservas de Lucros	746.034	-709.674	-709.662

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.03.04.01	Reserva Legal	77.080	0	0
2.03.04.10	Reserva de lucros	1.449.873	0	0
2.03.04.11	Ganhos e perdas em transações de capital	-780.919	-709.674	-709.662
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-70.207	-604.661
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-326.807	-308.048	-64.939
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	10.736.803	8.902.700	8.249.530

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	36.207.874	35.210.215	32.261.856
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-20.493.613	-19.491.026	-19.949.520
3.03	Resultado Bruto	15.714.261	15.719.189	12.312.336
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.740.584	-9.812.868	-7.726.208
3.04.01	Despesas com Vendas	-6.969.586	-7.232.624	-6.967.334
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.599.974	-2.898.674	-2.224.894
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	929.430	871.908	3.639.076
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-269.615	-316.184	-1.799.832
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	169.161	-237.294	-373.224
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.973.677	5.906.321	4.586.128
3.06	Resultado Financeiro	-3.979.283	-3.642.839	-2.840.554
3.06.01	Receitas Financeiras	498.432	847.775	1.811.742
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.477.715	-4.490.614	-4.652.296
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.994.394	2.263.482	1.745.574
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	481.469	-760.866	-693.750
3.08.01	Corrente	449.771	-374.179	-627.352
3.08.02	Diferido	31.698	-386.687	-66.398
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.475.863	1.502.616	1.051.824
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	3.475.863	1.502.616	1.051.824
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.612.548	536.361	306.246
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.863.315	966.255	745.578

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	3.475.863	1.502.616	1.051.824
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-41.457	-537.645	-18.255
4.02.01	Perda na atualização do plano de benefício	-46.829	-811.639	-27.323
4.02.02	Efeito de IR e CS sobre a perda na atualização do plano de benefício	15.922	275.957	9.290
4.02.03	Reflexo de variação cambial sobre investimento no exterior	-10.550	-1.963	-222
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	3.434.406	964.971	1.033.569
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.593.789	293.252	298.445
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.840.617	671.719	735.124

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	14.266.759	14.412.823	13.588.695
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	15.958.608	14.679.415	12.626.423
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	3.475.863	1.502.616	1.051.824
6.01.01.02	Depreciação e amortização	8.167.656	7.902.650	7.577.752
6.01.01.03	Tributos diferidos, líquidos	-31.698	386.687	66.398
6.01.01.04	Provisão para variação cambial	71.970	9.072	41.579
6.01.01.05	Provisão para perdas de crédito esperadas	664.678	778.217	1.235.258
6.01.01.06	Provisão para perdas em estoques	6.350	5.306	16.100
6.01.01.07	Baixa de imobilizado e intangível	133.103	60.329	59.382
6.01.01.08	Provisão de juros e atualização monetária	3.007.066	3.322.404	3.056.317
6.01.01.09	Provisão para contingências	530.048	497.265	-864.371
6.01.01.10	Provisão para desmantelamento de ativos	102.733	-22.425	12.960
6.01.01.11	Equivalência patrimonial	-169.161	237.294	373.224
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.691.849	-266.592	962.272
6.01.02.01	Contas a receber	-640.241	-815.028	-677.610
6.01.02.02	Estoque	-128.751	34.602	49.037
6.01.02.03	Tributos a recuperar, líquidos	-257.241	2.230.677	-887.038
6.01.02.04	Depósitos e bloqueios judiciais	213.555	-30.701	-107.532
6.01.02.05	Outros ativos	56.031	110.704	0
6.01.02.06	Fornecedores e outras contas a pagar	-1.300.426	-1.038.768	3.695.151
6.01.02.07	Obrigações fiscais	575.133	-59.924	-28.503
6.01.02.09	Provisões	-521.207	-427.389	-405.974
6.01.02.10	Receitas diferidas	106.300	-54.006	33.376
6.01.02.11	Partes relacionadas, líquidas	-68.543	-471.743	7.004
6.01.02.12	Despesas antecipadas	-251.239	-412.367	-675.614
6.01.02.13	Obrigações sociais e trabalhistas	6.451	115.891	125.620
6.01.02.14	Passivo de arrendamento	445.836	532.862	0
6.01.02.17	Variações no capital circulante e não circulante, líquidas	72.493	18.598	-165.645

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.098.464	-8.644.409	-10.415.909
6.02.01	Adições para imobilizado e intangível	-7.794.446	-8.632.409	-10.415.909
6.02.02	Aquisição de participação	-304.018	-12.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.832.764	-5.663.575	-3.234.647
6.03.04	Pagamento de arrendamento	-1.551.544	-1.499.848	0
6.03.05	Financiamento, debêntures, mútuo pagos	-3.825.369	-5.828.845	-3.944.623
6.03.06	Financiamento, debêntures, mútuo obtidos	2.500.000	4.704.370	3.657.140
6.03.07	Juros pagos	-2.955.851	-3.039.252	-2.947.164
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	335.531	104.839	-61.861
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	197.722	92.883	154.744
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	533.253	197.722	92.883

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	9.509.569	0	-709.674	-70.207	-308.048	8.421.640	8.902.700	17.324.340
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	9.509.569	0	-709.674	-70.207	-308.048	8.421.640	8.902.700	17.324.340
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-71.245	-14.645	0	-85.890	-5.627	-91.517
5.04.08	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	-71.245	0	0	-71.245	0	-71.245
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-14.645	0	-14.645	0	-14.645
5.04.10	Redução de capital	0	0	0	0	0	0	-5.627	-5.627
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.611.805	-18.759	1.593.046	1.839.730	3.432.776
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.612.548	0	1.612.548	1.863.315	3.475.863
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-743	-18.759	-19.502	-23.585	-43.087
5.05.02.06	Efeitos de outras movimentações de controladas	0	0	0	-743	0	-743	-887	-1.630
5.05.02.07	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	-13.976	-13.976	-16.931	-30.907
5.05.02.08	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	-4.783	-4.783	-5.767	-10.550
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.526.953	-1.526.953	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	77.080	-77.080	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.449.873	-1.449.873	0	0	0	0
5.07	Saldo Finais	9.509.569	0	746.034	0	-326.807	9.928.796	10.736.803	20.665.599

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	-709.662	-604.661	-64.939	8.130.307	8.249.530	16.379.837
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	-709.662	-604.661	-64.939	8.130.307	8.249.530	16.379.837
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-12	0	0	-12	-16.262	-16.274
5.04.08	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	-12	0	0	-12	-16.262	-16.274
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	534.454	-243.109	291.345	669.432	960.777
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	536.361	0	536.361	966.255	1.502.616
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.907	-243.109	-245.016	-296.823	-541.839
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial em controlada	0	0	0	0	-242.257	-242.257	-293.425	-535.682
5.05.02.07	Efeitos de outras movimentações de controladas	0	0	0	-1.907	0	-1.907	-2.287	-4.194
5.05.02.08	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	-852	-852	-1.111	-1.963
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	-709.674	-70.207	-308.048	8.421.640	8.902.700	17.324.340

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	-709.662	-1.310.868	-57.138	7.431.901	7.085.223	14.517.124
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	399.961	0	399.961	429.183	829.144
5.02.01	Efeitos da adoção do IFRS 15	0	0	0	399.961	0	399.961	429.183	829.144
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	-709.662	-910.907	-57.138	7.831.862	7.514.406	15.346.268
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	306.246	-7.801	298.445	735.124	1.033.569
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	306.246	0	306.246	745.578	1.051.824
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.801	-7.801	-10.454	-18.255
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial em controlada	0	0	0	0	-7.747	-7.747	-10.286	-18.033
5.05.02.07	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	-54	-54	-168	-222
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	-709.662	-604.661	-64.939	8.130.307	8.249.530	16.379.837

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	46.559.510	45.053.896	41.734.391
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	47.478.780	46.230.941	42.934.289
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-919.270	-1.177.045	-1.199.898
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.034.008	-14.678.579	-11.763.176
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.778.299	-6.623.160	-6.718.422
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.255.709	-8.055.419	-5.044.754
7.03	Valor Adicionado Bruto	31.525.502	30.375.317	29.971.215
7.04	Retenções	-8.167.656	-7.902.650	-7.577.752
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.167.656	-7.902.650	-7.577.752
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	23.357.846	22.472.667	22.393.463
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	667.593	610.481	1.438.518
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	169.161	-237.294	-373.224
7.06.02	Receitas Financeiras	498.432	847.775	1.811.742
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	24.025.439	23.083.148	23.831.981
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	24.025.439	23.083.148	23.831.981
7.08.01	Pessoal	3.716.819	3.831.603	3.677.705
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.919.917	1.954.281	1.948.216
7.08.01.02	Benefícios	650.410	698.308	619.336
7.08.01.03	F.G.T.S.	219.009	221.602	201.943
7.08.01.04	Outros	927.483	957.412	908.210
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.294.626	13.191.301	13.210.068
7.08.02.01	Federais	2.906.927	3.924.301	3.779.395
7.08.02.02	Estaduais	9.179.310	9.071.279	9.181.000
7.08.02.03	Municipais	208.389	195.721	249.673
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.538.131	4.557.628	5.892.384
7.08.03.01	Juros	3.038.152	3.354.710	3.452.792
7.08.03.02	Aluguéis	94.872	82.771	1.345.827
7.08.03.03	Outras	1.405.107	1.120.147	1.093.765

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.03.03.01	Variações cambiais passivas	356.515	113.449	583.161
7.08.03.03.02	Atualização monetária	99.579	0	28.172
7.08.03.03.04	Outras despesas financeiras	949.013	1.006.698	482.432
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.475.863	1.502.616	1.051.824
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.612.548	536.361	306.246
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.863.315	966.255	745.578

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Administração da Claro Telecom Participações S.A. ("Claro Telecom" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

1 – Introdução

A Companhia foi constituída em 27 de setembro de 2004, de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 - Lei Geral das Telecomunicações, sediada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e tem por objeto social exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações. Tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), uma sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia, por meio de suas controladas diretas e indiretas, explora serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, sendo todos esses negócios regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

A Companhia detém o controle direto ou indireto, principalmente, das seguintes controladas:

- Claro S.A. ("Claro") – empresa que atua no mercado de telecomunicações, principalmente, de telefonia móvel celular, telefonia local e de longa distância nacional e internacional ("STFC"), no Serviço Móvel Pessoal ("SMP"), em transmissão de dados ("SCM"), redes de telecomunicações, TV por assinatura ("SeAC") e serviços satelitais.
 - Telmex do Brasil S.A. ("Telmex do Brasil") – empresa que presta serviços de comunicação de dados e de internet.
 - BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter") – operadora de *Call Center*.
 - Americel S.A. ("Americel") – empresa que atua na implantação, operação e prestação de serviços de telecomunicações, bem como a compra, venda, locação, cessão de uso de meios e equipamentos a qualquer título, importação e a exportação de equipamentos e outros produtos, e prestação de serviços correlatos.
 - Reyc Comércio e Participações Ltda. ("Reyc") – empresa que atua na importação e venda de equipamentos.
 - Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. (México) – que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música.
 - IMusica LLC (EUA) – que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música.
 - Ideas Musicales S.A. (Argentina) – que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música.
 - Ideas Musicales de Colombia S.A.S. (Colombia) – que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música.
-

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Claro Pay S.A. ("Claro Pay") – que atua como instituição de pagamento, cujo principal foco é a abertura de contas digitais para permitir que clientes efetuem pagamentos pelo celular.

Em dezembro de 2019 nosso acionista controlador América Móvil adquiriu algumas empresas no exterior dentre as quais a controladora indireta da empresa brasileira Nextel Telecomunicações Ltda. ("Nextel"). No final de outubro de 2020, a Anatel deu anuência para consolidação das outorgas e frequências de serviço celular, permitindo que a Claro S.A. passe a deter participação acionária na Sociedade. Tal consolidação, assim como as respectivas movimentações financeiras e societárias, foi realizada em 05 de fevereiro de 2021.

Conforme Fato Relevante publicado em 14 de dezembro de 2020, foi aprovada a proposta de compra da operação móvel do Grupo Oi ("UPI Ativos Móveis"), em conjunto pela controlada da Companhia Claro S.A. ("Claro"), Telefônica Brasil S.A. e TIM S.A. O valor de compra totaliza R\$16.5 bilhões, sendo a Claro responsável pelo pagamento de R\$3.7 bilhões. Em 28 de janeiro de 2021 foi celebrado entre as partes o contrato de compra e venda de ações e outras avenças. A efetivação da aquisição pelas compradoras da UPI Ativos Móveis deverá ocorrer conforme plano de segregação de tais ativos, de modo que cada uma das compradoras adquirirá ações de uma SPE contendo sua parte dos ativos. O fechamento da aquisição está sujeito a determinadas condições precedentes usualmente aplicáveis a este tipo de transação e que estão previstas no contrato, dentre as quais se incluem as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

2 – Cenário Macroeconômico

O estado de calamidade pública, decorrente da pandemia que rapidamente se espalhou pelo mundo, tornou necessária a adoção de diversas medidas pelo Governo Federal direcionadas ao combate dos efeitos da Covid-19, como a distribuição de auxílio emergencial à população mais desamparada, postergação de tributos, aumento de leitos em hospitais públicos, medidas de preservação de empregos, linhas de créditos para empresas de menor porte, dentre outras. Tais medidas obviamente pressionaram os gastos públicos e aumentaram o nível de endividamento público.

O desemprego no país, que já estava elevado, agravou-se, acentuando ainda mais o problema estrutural de desigualdade social no Brasil.

Reformas estruturais em discussão, como as reformas tributária e do pacto federativo, ficaram estagnadas no Congresso Nacional, postergadas na agenda nacional.

Diante da recessão econômica e da crise sanitária que tomou conta do país, ao longo do ano o Banco Central reduziu a taxa básica de juros (SELIC), encerrando 2020 a 2,0% a.a., menor patamar histórico (contra taxa SELIC de 4,50% a.a. no final de 2019). A taxa de câmbio da moeda norte-americana encerrou 2020 cotada a R\$5,1967, 28,9% acima da taxa de encerramento em 2019 (R\$4,0307).

Principalmente com a execução do programa governamental de vacinação contra o Covid-19 da população brasileira, a expectativa para 2021 é que haja uma recuperação gradual da atividade econômica no país. Segundo projeções do boletim Focus, do Banco Central do Brasil, espera-se crescimento do PIB de 3,3%, acompanhado de redução gradual dos níveis de desemprego. A expectativa também é que possa ser retomada a agenda de reformas estruturais e de ajuste fiscal.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3 – Nossas ações durante a pandemia

Neste 2020 extremamente atípico e desafiador, marcado pela pandemia do COVID-19 que perdurou durante praticamente todo o ano, necessário destacar as principais medidas da Companhia que visaram atenuar os efeitos da pandemia para seus clientes, fornecedores e parceiros, colaboradores e para a sociedade de uma forma geral.

Em apoio a nossos clientes massivos, procuramos desde o início do isolamento social mantê-los conectados, incentivando serviços por meio de canais digitais e flexibilizando as condições de pagamento para os mais impactados. E como incentivo para que todos se mantivessem saudáveis e seguros em suas residências, a Claro abriu gratuitamente alguns de seus canais de TV por assinatura e apoiou a transmissão em sua programação das principais apresentações musicais ao vivo neste período, com foco em entreter seus clientes neste período extremamente difícil.

No segmento PYMES, altamente afetado pelo isolamento social, nossos clientes passaram a contar com a plataforma "*Push do Bem*", através da qual pequenas empresas podem anunciar seus produtos ao mercado, 100% online, minimizando os prejuízos causados pela crise.

No Segmento Corporativo, lançamos algumas soluções para apoiar nossos clientes e a sociedade em geral neste momento incomum, como o *Smart Office* e soluções de nuvem, que facilitaram a adoção de trabalhos remotos. Destaca-se também soluções que contribuíram com o Governo na distribuição do auxílio emergencial, em ações de e-Learning e no funcionamento dos hospitais de emergência. Mesmo em período pandêmico, buscamos apoiar nossos clientes em suas necessidades imediatas e na continuidade de seus negócios.

Estamos trabalhando duro durante este período de pandemia para garantir que nossa rede continue funcionando normalmente, apesar do crescimento significativo observado no consumo de nossos clientes, que agora precisam trabalhar e estudar remotamente.

No campo social, a Companhia e o Instituto Claro realizaram diversas ações em benefício das comunidades mais afetadas pelas consequências do Coronavírus, conforme os exemplos a seguir:

. **Conexão Voluntária:** Nosso programa de voluntariado, Conexão Voluntária, promoveu ações de arrecadação de recursos para o projeto Mães da Favela, realizado pela CUFA (Central Única das Favelas). De outubro a dezembro, o Conexão Voluntária da Claro realizou a campanha Conexão Contra a Fome, com o objetivo de arrecadar verba para a compra de cestas básicas que foram doadas para 44 instituições de todo o Brasil, beneficiando 32.872 pessoas.

. **Educação com o Descomplica ENEM:** Em uma iniciativa para apoiar estudantes que só conseguiram ter acesso à Educação pelo celular, a Claro se uniu à plataforma descomplica. Todos os clientes pré-pagos da operadora têm acesso à plataforma com navegação ilimitada, sem pagar nada, e assim puderam estudar e se preparar para o ENEM. Já foram doados diversos pacotes equivalentes ao acesso à plataforma com assinatura e navegação gratuitas para os clientes de planos pré-pago.

. **Apoio em Visibilidade:** como forma de contribuir com entidades como UNICEF e Médicos Sem Fronteira, considerando a necessidade de unir esforços para combater os efeitos sociais da pandemia, abrimos espaço em nossa grade de canais para veiculação de filmes publicitários de parceiros que estavam com campanhas focadas na arrecadação de fundos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tem sido igualmente uma prioridade garantir a saúde de nossos colaboradores, para que eles possam continuar seu trabalho com qualidade e segurança. Nesse sentido, a maioria das equipes vem trabalhando em sistema de home office desde o início do isolamento social, com a infraestrutura necessária e com acesso a informações oficiais sobre a pandemia. E para aqueles cujas atividades são essenciais, como técnicos de campo, fornecemos todos os equipamentos de proteção necessários para mantê-los trabalhando com segurança. Maiores detalhes das ações voltadas ao nosso pessoal neste período de pandemia estão descritos mais adiante no bloco de "Recursos Humanos".

Desde o início da pandemia, a companhia estabeleceu um Comitê de Crise, formado pela alta gestão, para dar celeridade às decisões e avaliar, de forma contínua, medidas preventivas e necessárias ao negócio, assim como medidas visando preservar a saúde, a segurança e a tranquilidade dos colaboradores e seus familiares.

A Administração segue focada em adotar medidas visando atenuar os efeitos da pandemia a nossos clientes, fornecedores e parceiros, colaboradores e à sociedade de uma forma geral, assim como em tomar ações necessárias com o objetivo de manter a saúde financeira e a liquidez de nossos negócios.

4 – Desempenho Operacional

A Companhia e suas controladas, apesar de todos os desafios decorrentes do cenário econômico no país, obtiveram em 2020 uma destacada performance operacional nos mercados em que atuam.

Serviços Móveis

A Claro continua liderando o crescimento no segmento pós-pago, tendo acrescentado 1,7 p.p. nos últimos doze meses, alcançando 29,9% de *market share* em dezembro de 2020, um aumento de 8,2 milhões de linhas na comparação anual (3,5 milhões de linhas oriundas da Nextel). Um aumento de 29,6% na base de pós-pago em relação ao quarto trimestre de 2019.

A base no segmento pré-pago fechou o 4º. trimestre de 2020 com 27,5 milhões de assinantes, e mesmo em um cenário de redução do número total de linhas, houve crescimento da base ativa, sendo uma fonte importante e qualificada para migração de clientes para o pós-pago.

No pré-pago, houve um aumento em R\$47 milhões nas recargas e 5,2% nos inseridores, em relação ao mesmo período de 2019. Alcançamos uma penetração de 63% sobre as promoções mensais e semanais.

Encerramos dezembro de 2020 com um total de 63,1 milhões de clientes móveis, liderando o saldo líquido de portabilidade com 1,7 milhões de linhas portadas em 2020, uma adição recorde de clientes que mudaram seu número para a Claro. A Claro foi a única operadora com saldo positivo de portabilidade em 2020.

A Claro segue tendo a maior cobertura 4.5G, com 87% da população beneficiada por uma rede móvel de melhor performance. E foi a primeira operadora a lançar comercialmente o 5G DSS no Brasil, com essa tecnologia de última geração já presente em 14 cidades.

Simultaneamente ao lançamento do PIX pelo Banco Central do Brasil, e totalmente aderente a este novo meio de pagamentos e transferências pelo celular, a Claro lançou o serviço Claro Pay, plataforma de carteira digital, em fase inicial para clientes convidados, que oferecerá bônus para assinantes pré-pago e ofertas e vantagens exclusivas aos clientes Claro. Visando proporcionar maior conveniência para seus clientes a Claro também adotou o PIX como modalidade de arrecadação em suas faturas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Serviços Residenciais

A Claro liderou em crescimento na banda larga fixa em 2020, com 275 mil novos acessos e manteve sua posição de destaque no mercado, com 27,4% de *market share*.

Em “*ultrabroadband*” (conexões acima de 34 Mbps), a Claro mantém sua sólida liderança em acessos, com 35,9% de *market share* em dezembro de 2020, conquistando mais de 1,5 milhões de clientes nos últimos 12 meses.

Alcançamos 286 cidades no Brasil com cobertura de rede fixa da Claro, das quais 80 com tecnologia de fibra até a casa do cliente.

Nossa presença em FTTH (Fiber To The Home) alcançou 11 novas cidades, atingindo uma cobertura de 1,6 milhões de residências com expressiva participação de mercado nessas localidades.

Seguimos líderes absolutos em TV por assinatura, com 47,0% de participação de mercado, e a mais ampla oferta de conteúdo disponível. Nossa plataforma VOD continua liderando no mercado brasileiro, alcançando 74 mil títulos e mais de 200 milhões de transmissões no quarto trimestre de 2020.

Em outubro de 2020, a Claro lançou o “Claro Box TV”, serviço prestado a partir de aparelho de streaming que já vem com controle com comando por voz, auto instalável pelos clientes e com menor custo operacional, uma alternativa moderna em termos de conteúdo e entretenimento.

Mercado Corporativo

Os resultados do quarto trimestre de 2020 se mantiveram positivos e robustos, reforçando nossa liderança em Receita e *market share* para Grandes Clientes Corporativos em Voz, Dados, *Internet*, Redes Gerenciadas e Mobilidade.

O expressivo crescimento dos serviços de TI (23,9% contra o 4º trimestre de 2019) está alinhado com a estratégia de fortalecimento do nosso portfólio B2B. Destaca-se também outros serviços com crescimento destacado em relação ao 4º trimestre de 2019, tais como Cloud (197,9%), Voz Avançada (11,3%) e Telemetria/ IOT (29,7%).

Segundo publicação do IDC Brasil, a Embratel ocupa a 7ª posição dentre os líderes de TIC no Brasil, sendo a única empresa de Telecom dentre os TOP 10.

No quarto trimestre lançamos diversas ofertas de produtos e serviços, dentre os quais destacamos: Multicloud Solutions, Office@Home (solução modular para o Home Office), Claro Valida, Claro Alerta, Claro Score e Claro Mobility.

Satélites de Comunicações

A Companhia atua no mercado satelital de duas formas: com o fornecimento de soluções de telecomunicações completas diretamente aos seus clientes (circuitos para dados e voz, internet e televisão) e por meio de uma Unidade de Negócio que fornece capacidade satelital para diferentes aplicações como televisão (Banda C e Banda Ku), redes em banda larga e telefonia, no âmbito do Brasil e América Latina.

Em 2017, a empresa assinou contrato para a construção de um novo satélite, o Star One D2, equipado com “*transponders*” nas Bandas C, Ku, Ka e X, com previsão da entrada em operação comercial no segundo semestre de 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O alcance das novas coberturas do satélite Star One D2 soma-se àquelas dos satélites já em operação, Star One C2, C3, C4 e D1, refletindo a visão da empresa em expandir negócios de provimento de capacidade satelital no Brasil e em toda a América Latina, fortalecendo sua posição de liderança regional.

5 - Desempenho Financeiro

Algumas empresas do grupo no Brasil, embora estejam sob a mesma gestão, não têm seus resultados consolidados pela Claro Telecom.

Os resultados das operações no Brasil divulgados pelo acionista controlador, por sua vez, contemplam eliminações de transações entre companhias do grupo, além de certas reclassificações para fins de divulgação. Para melhor entendimento dos resultados, veja o quadro abaixo:

Em R\$ Milhões	4T20			4T19			12M20			12M19		
	Receita	EBITDA	% Ebitda	Receita	EBITDA	% Ebitda	Receita	EBITDA	% Ebitda	Receita	EBITDA	% Ebitda
Claro Participações	9.313,8	3.741,6	40,2%	9.020,8	3.603,2	39,9%	36.207,9	14.972,2	41,4%	35.210,2	14.046,3	39,9%
Outras empresas não consolidadas	826,7	492,1		917,5	284,5		3.250,1	1.094,3		3.580,3	780,3	
Consolidado Claro Brasil	10.140,5	4.233,6	41,7%	9.938,2	3.887,7	39,1%	39.457,9	16.066,5	40,7%	38.790,5	14.826,5	38,2%
Eliminação de transações intercompanhias e reclassificações	(65,2)	(160,8)		(54,7)	(116,6)		(265,1)	(524,9)		(200,7)	(441,5)	
Consolidado Claro Brasil - divulgação América Móvil	10.075,3	4.072,8	40,4%	9.883,5	3.771,1	38,2%	39.192,8	15.541,6	39,7%	38.589,8	14.385,0	37,3%

Os dados financeiros apresentados e comentados a seguir consolidam os resultados de todas as empresas que compõem a estrutura societária do grupo no Brasil ("Consolidado Claro Brasil" ou "Claro Brasil").

R\$ Milhões	4T20	4T19	Δ%	12M20	12M19	Δ%
Receita líquida Total	10.140,5	9.938,2	2,0%	39.457,9	38.790,5	1,7%
Serviços	9.533,0	9.495,6	0,4%	37.694,0	37.208,9	1,3%
Receita móvel	4.189,0	3.880,3	8,0%	16.030,3	14.582,6	9,9%
Receita fixa e outros	5.344,0	5.615,3	-4,8%	21.663,7	22.626,3	-4,3%
Aparelhos	487,6	332,9	46,5%	1.288,5	1.132,0	13,8%
Interconexão	119,9	109,8	9,3%	475,4	449,6	5,7%
EBITDA	4.233,6	3.887,7	8,9%	16.066,5	14.826,5	8,4%
Margem EBITDA	41,7%	39,1%	2,6 p.p	40,7%	38,2%	2,5 p.p

A receita líquida total cresceu 2,0% no 4º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019.

A receita de serviços móveis cresceu 8,0% no 4º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, e 9,9% no acumulado de 2020 contra 2019. Destaque para a receita de serviços pós-pago, impulsionada por planos com voz ilimitada, internet de alta qualidade e serviços digitais, como Claro Música e Claro Vídeo, de alto valor agregado.

Em relação aos serviços fixos, destaque para a banda larga residencial, que segue em ritmo de crescimento acelerado, tendo crescido 10,4% no 4º trimestre de 2020 quando comparado ao mesmo período de 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Atingimos no quarto trimestre de 2020 margem EBITDA de 41,7%, crescimento de 8,9% e 2,6 p.p. em relação ao mesmo período de 2019.

A Claro continua focada em alavancar a eficiência operacional através de sinergias, simplificação de processos e aceleração da transformação digital, de forma a manter o crescimento constante e sustentável de sua margem EBITDA.

6 – Investimentos

A Companhia e seus acionistas mantem seu compromisso de longo prazo, com expressivos investimentos que seguem contribuindo ao desenvolvimento e ao crescimento do país.

A Companhia possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços, sempre focada na inovação e no desenvolvimento tecnológico.

Em 2020, mesmo em um cenário de pandemia, a Companhia investiu R\$7.8 bilhões, principalmente em infraestrutura de rede e TV por assinatura. Os outros investimentos relevantes foram direcionados para atender acessos, infraestrutura e serviços locais, satélites, serviços de dados e internet, tecnologia da informação e call center.

7 – Ambiente Regulatório

A Companhia, por meio de suas controladas, desenvolve atividades sujeitas à regulamentação e fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Ao longo de 2020, foram publicados importantes regulamentos entre os quais se destacam a Reavaliação da regulamentação visando diminuir barreiras regulatórias à expansão das aplicações de internet das coisas e comunicações máquina-a-máquina, Reavaliação da regulamentação sobre Conselhos de Usuários de serviços de telecomunicações e Revisão das faixas dispostas na regulamentação sobre radiação restrita (Resolução nº 680/2017).

Há ainda diversos temas sobre certificação, numeração e gestão do espectro, esta última temática incluindo atribuições, destinações, condições de uso e elaboração de edital de licitação para possibilitar novas autorizações de radiofrequências, em especial em faixas que serão utilizadas por sistemas 5G.

A Companhia envidou máximos esforços no atendimento das obrigações regulatórias e ampliação das oportunidades de desenvolvimento do setor, tendo, ao final de 2020, obtido junto com a Anatel o atesto das principais obrigações advindas do Edital do 700 MHz com relação a limpeza e liberação total da faixa de 700MHz para implementação do LTE em todos os municípios brasileiros.

8 - Relacionamento com Auditores Independentes

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* – IASB e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil foram realizadas pela empresa Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. para a Claro Telecom e a empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para as suas controladas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em atendimento à Instrução CVM n.º 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os auditores independentes e/ou suas partes relacionadas, que prestam serviço para a Claro Telecom e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.

A política adotada atende aos melhores princípios de governança que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

Os auditores da Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. e Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas declararam à Companhia que estes outros serviços não relacionados com a auditoria: (i) foram prestados por equipes especializadas e totalmente distintas da equipe responsável pela realização dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, e (ii) que não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa, não existindo, portanto, qualquer vínculo ou situação de fato que configurasse conflito de interesses que inviabilizaria o exercício da sua atividade de forma independente.

9 - Governança Corporativa

Nossa Governança Corporativa se caracteriza em processos através dos quais gerimos e controlamos nosso negócio, respeitando os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Companhia e suas controladas, e visando, dentre outros aspectos, a otimização do valor econômico e a longevidade da Companhia.

Para isso, a Claro dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Políticas, Normas, Atas de Reunião e Código de Ética, dentre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente.

Nosso Conselho de Administração é composto por 3 membros, todos eleitos em Assembleia Geral.

Em atendimento a Lei Sarbanes Oxley ("SOX"), a Companhia mantém nível adequado de controles internos e, na condição de investimento relevante da América Móvil, suporta o acionista controlador, que é listado na NYSE (New York Stock Exchange), no cumprimento das exigências da Lei SOX.

A Administração da Claro avalia que a aplicação das exigências da SOX traz relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribui para a sedimentação da cultura de controles internos.

A companhia conta com um Sistema de *Compliance* que tem como pilares o Código de Ética, a Lei Brasileira Anticorrupção nº 12.846/2013 e a Lei Americana Anticorrupção FCPA, e que reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional, bem como sua Missão, visão, valores e princípios que descrevem os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. Nosso programa visa prevenir, detectar e corrigir situações relacionadas a corrupção, prevenção a lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, dentre outras, e tem sempre como objetivo a evolução e aperfeiçoamento constante.

A empresa conta com os Comitês de Ética e de *Compliance*, que se reúnem periodicamente para avaliar questões operacionais e comportamentais, bem como denúncias apontadas pelo canal estabelecido.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

10 - Responsabilidade Social e Sustentabilidade

A seguir descrevemos as principais frentes da Companhia nos campos Social e de Sustentabilidade.

10.1 – Instituto Claro e as ações de Responsabilidade Social Corporativa

O Instituto Claro é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça e é reconhecido pelo *Department of Global Communications* das Nações Unidas (DGC/ONU) com o selo de Status Associativo, que classifica o Instituto Claro como uma entidade sem fins lucrativos que promove ações em concordância com a Carta das Nações Unidas. Essa conquista reforça o compromisso do Instituto Claro de contribuir localmente com os programas globais da ONU a fim de promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Alinhando serviços e ações sociais para criar experiências que possam transformar a vida das pessoas, o Instituto Claro acredita que conexão é uma palavra-chave para transformar o mundo. As tecnologias da informação e da comunicação conectam pessoas e comunidades, formando pontes para o conhecimento e para o entretenimento e são também importantes ferramentas no desenvolvimento humano e social.

Os projetos e iniciativas do Instituto são direcionados para dois pilares, educação e cidadania, e seu portal traz cobertura aprofundada de questões relacionadas a estas áreas. Com conteúdo exclusivo, o Instituto Claro democratiza o acesso à informação de qualidade em diferentes formatos, como reportagens, podcasts e vídeos, e disponibiliza planos de aula gratuitamente.

A seguir destacamos algumas iniciativas do Instituto Claro:

Educação inovadora

Educonex@o: leva internet de qualidade e TV por assinatura para escolas, capacita professores e coordenadores pedagógicos para o uso de novas tecnologias digitais em sala de aula e oferece conteúdo atualizado e exclusivo online.

Inovaç@o: incentivo ao empreendedorismo de jovens e startups ligados a soluções mobile e investindo na formação profissionalizante em telecomunicações, com projetos como Campus Mobile e Dupla Escola.

Cidadania

Valoriza desenvolvimento humano e incentiva a participação dos colaboradores da Claro e familiares em ações sociais, buscando gerar impacto positivo nas comunidades onde a empresa atua, com projetos como Conexão Voluntária, e também com iniciativas voltadas para o meio ambiente.

Parceria Unicef

A estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar é uma parceria entre o Instituto Claro e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para enfrentar a cultura do fracasso escolar. A proposta contempla um diagnóstico da tríade reprovação, abandono e distorção idade-série para propor ações de enfrentamento por meio de políticas educacionais em níveis municipais e estaduais.

A partir de pesquisa, produzida junto ao Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), a iniciativa consegue mapear as populações mais vulneráveis ao abandono escolar: crianças e adolescentes negras e indígenas, concentradas nos estados Norte e Nordeste do país – especialmente nas regiões do Semiárido e da Amazônia Legal – e nas zonas rurais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Parceria AACD

Todos os anos, o SBT e a AACD realizam o Teleton, programa de televisão que, durante dois dias seguidos, busca sensibilizar o público e arrecadar doações voltadas a crianças com deficiência. Referência no tratamento de pessoas com deficiência física, a Associação de Assistência à Criança Deficiente utiliza as doações para manutenção e continuidade das 14 unidades distribuídas pelo Brasil.

Diálogos

Em 2020, o Instituto Claro promoveu o evento “Diálogos Transformadores” que teve jovens de instituições parceiras como protagonistas. Além de construírem um manifesto, eles participaram de um debate sobre segurança na internet e saúde mental, que contou com a participação de um representante do Unicef.

Portal Instituto Claro

O Instituto Claro conta com um portal que oferece conteúdo gratuito e exclusivo nas editorias de educação e cidadania, em formato de reportagens, podcasts, vídeos e planos de aulas. Em 2020, o portal teve 3.065.599 visualizações e recebeu 1.687.790 usuários.

5G na comunidade de Paraisópolis

Em 2020, a Claro levou a tecnologia 5G DSS para **Paraisópolis**, em SP. A comunidade recebeu estruturas permanentes para beneficiar a população atendida pelas entidades Central

Única das Favelas (CUFA) e Instituto Pró-Saber SP, responsáveis pelo atendimento de mais de 8 mil pessoas. Por meio de roteadores instalados na rede 5G é gerado um sinal Wi-Fi que pode ser acessado por todos no local, sem custo de navegação, sem necessidade de aparelhos de última geração e nem de ser cliente da operadora.

10.2 – Sustentabilidade

Em 2018, a América Móvil deu início ao processo de implantação de uma estratégia global de Sustentabilidade. Intitulada “*Smart Sustainability*”, a iniciativa tem o propósito de posicionar a América Móvil como facilitadora do desenvolvimento da sociedade e melhoria da qualidade de vida das pessoas, por meio dos seus serviços e soluções sólidas baseadas na sustentabilidade. O processo de implantação e monitoramento da estratégia determinou indicadores prioritários e acontece em todos os países do mundo em que haja uma subsidiária AMX.

Certificação ISO 14001

Em 2020, a Claro obteve a recertificação da ISO 14001, nas operações de Penedo-AL e Fernando de Noronha-PE, que tem como principal objetivo especificar os requisitos para a manutenção de um sistema de gestão ambiental, possibilitando que todas as organizações desenvolvam práticas sustentáveis em seus negócios, sejam eles produtos e/ou serviços.

Energia da Claro

O Programa utiliza energia limpa, por meio de geração distribuída – proveniente de fontes renováveis –, possibilitando a redução no consumo de energia e a diminuição de impactos ambientais, e tem plano de cobrir 80% do que a empresa utiliza em suas operações em todo o Brasil, mais de 600.000 MWh/ano. A iniciativa utiliza fontes renováveis, como solar, eólica, hidrelétrica, biogás e cogeração qualificada e ainda gera energia limpa para as concessionárias de eletricidade do setor.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Pé de Pincha

Projeto de contrapartida ambiental a rede de fibra ótica instalada pela Claro na BR 319 que liga Manaus a Porto Velho. O Pé de Pincha é um projeto de preservação de quelônios realizado em 11 comunidades presentes neste trecho. No ciclo 2019-2020, foram devolvidas à natureza mais de 9.500 filhotes.

11 – Recursos Humanos

A Claro tem como valor as Pessoas e as posiciona no centro de sua estratégia para manter um ritmo de crescimento forte, sustentável e, principalmente, para alcançar os objetivos estabelecidos pelo negócio.

E com o compromisso de manter seus serviços em pleno funcionamento, em um ano altamente desafiador como o de 2020, a Companhia expandiu o apoio a seus colaboradores e suas famílias dentro deste novo contexto social imposto pelo surgimento da pandemia do Covid-19.

A Claro intensificou a comunicação com os colaboradores e ampliou os canais internos, tendo como exemplo a implantação de uma assistente virtual, que conta com inteligência artificial e a personalidade da empresa, para tirar dúvidas rápidas por WhatsApp sobre a Covid-19 e informações sobre contratos de trabalho. Além disso, criou o “Conectados com a Saúde”, uma programação semanal de *lives* com especialistas em temas variados, como saúde mental, autoconhecimento, integração, conciliação de trabalho e família em ambiente doméstico, orientações sobre atividades físicas e bem-estar.

Outra iniciativa nesse sentido, foi a criação do Programa de Apoio Pessoal (Claro PAP), com suporte via 0800. O canal de escuta ativa e orientação para colaboradores e familiares foca não só na saúde física, mas também nos cuidados das relações, buscando proporcionar tranquilidade e conforto para todos em questões psicológicas, sociais, jurídicas e financeiras, com absoluta confidencialidade.

Com o objetivo de manter os colaboradores atualizados e incentivar o autodesenvolvimento, a Claro reforçou seus treinamentos digitais através da Conecte-se, sua plataforma de desenvolvimento de pessoas. Neste ano, foram concluídos cerca de 600 mil treinamentos, em um total de 2.100 cursos disponíveis, envolvendo conteúdos de inovação, comerciais, técnicos e cuidados com a saúde e bem-estar.

A Claro aplicou a MP 936 do Governo e, como forma de respeito e reconhecimento aos nossos colaboradores, apesar do cenário de crise, assumiu, por liberalidade, o compromisso de complementar o salário líquido mensal de todos os colaboradores afetados pela medida provisória, além de criar um canal exclusivo para atendimento e acompanhamento durante todo o período de vigência da MP, proporcionando assim mais tranquilidade e conforto.

A Claro reforça o seu compromisso e permanece atenta em oferecer a melhor experiência na jornada dos colaboradores, construindo um ótimo ambiente onde todos tenham orgulho de trabalhar e pertencer.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação de todos os funcionários e parceiros desta Companhia, que trabalharam incansavelmente para atender às necessidades e demandas de nossos clientes, neste ano especialmente desafiador para a humanidade.

Continuamos em busca de novos desafios para sempre superarmos as expectativas e a satisfação de nossos clientes, conectando pessoas, empresas e a sociedade como um todo. Agradecemos a todos com quem nos relacionamos, ao apoio dos acionistas, dos governos, dos nossos fornecedores, e à parceria de toda a comunidade.

A Administração

Notas Explicativas

1. Histórico e contexto operacional

A Claro Telecom Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 27 de setembro de 2004 de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 - Lei Geral das Telecomunicações, sediada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e tem por objeto social exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações. A Companhia tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia, através de suas controladas, diretas e indiretas, explora serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura e outros serviços em nível nacional e internacional, bem como exploração de capacidade satelital, sendo todos estes negócios regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL").

A Companhia detém controle direto ou indireto, principalmente, das seguintes controladas: (i) Claro S.A. ("Claro"), que atua no mercado de telecomunicações, principalmente de telefonia local e de longa distância nacional e internacional ("STFC"), no Serviço Móvel Pessoal ("SMP"), em transmissão de dados ("SCM") e TV por assinatura ("SeAC"); (ii) Telmex do Brasil S.A. ("TdB"), que presta serviços de comunicação de dados e internet; (iii) BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter"), operadora de *call center*; (iv) Americel S.A. ("Americel"), que atua na implantação, operação e prestação de serviços de telecomunicações, bem como a compra, venda, locação, cessão de uso de meios e equipamentos a qualquer título, importação e exportação de equipamentos e outros produtos, e prestação de serviços correlatos; (v) Reyc Comércio e Participações Ltda. ("Reyc"), que atua na importação e venda de equipamentos; (vi) Claro Pay S.A. ("Claro Pay"), que atua na abertura de contas digitais permitindo que o cliente efetue pagamentos pelo celular; (vii) e as seguintes empresas que atuam como importantes provedores de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música: Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V., iMusica LLC., Ideas Musicales S.A. (Argentina) e Ideas Musicales de Colombia S.A.S.

Em 18 de dezembro de 2019 a controladora da Companhia, América Móvil, adquiriu algumas empresas no exterior dentre as quais a controladora indireta da empresa brasileira Nextel Telecomunicações Ltda. ("Nextel"). No final de outubro de 2020, a ANATEL deu anuência para consolidação das outorgas e frequências de serviço celular, o que permitirá que a Claro passe a deter participação acionária na Nextel. A consolidação das outorgas e frequências de serviço celular, foi realizada em 05 de fevereiro de 2021, conforme Nota 28 c.

Conforme Fato Relevante publicado em 14 de dezembro de 2020, foi aprovada a proposta de compra da operação móvel do Grupo Oi ("UPI Ativos Móveis"). A proposta foi feita em conjunto pela controlada da Companhia, a Claro S.A. ("Claro"), Telefônica Brasil S.A. e a TIM S.A. O valor de compra totaliza R\$16,5 bilhões, sendo a Claro responsável pelo pagamento de R\$3, 7 bilhões. Em 28 de janeiro de 2021 foi celebrado entre as partes o contrato de compra e venda de ações e outras avenças. A efetivação da aquisição pelas compradoras da UPI Ativos Móveis deverá ocorrer conforme plano de segregação de tais ativos, de modo que cada uma das compradoras adquirirá ações de uma SPE contendo sua parte dos ativos. O fechamento da aquisição está sujeito a determinadas condições precedentes usualmente aplicáveis a este tipo de transação e que estão previstas no contrato, dentre as quais se incluem as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Notas Explicativas

Os contratos de concessão, por meio dos quais foram outorgadas pelo Governo Federal licenças para a prestação dos serviços de telefonia de longa distância nacional e internacional, foram renovados por um período de 20 anos a partir de 1º de janeiro de 2006, em caráter oneroso.

A controlada Claro e as operadoras Telefônica Brasil S.A., Algar Celular S.A. e TIM Celular S.A. adquiriram, através de leilão realizado pela ANATEL em dezembro de 2014, radiofrequência na faixa de 700MHz nacionais para a prestação do SMP, e, em atendimento às obrigações do leilão, constituíram em 02 de março de 2015 uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), a qual ficou responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, conforme Notas 11 e 16.

Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pelas controladas da Companhia:

Empresa	Licença
Claro	Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local (STFC local) Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional Serviço Móvel Pessoal (SMP) Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) Serviço Móvel Marítimo (SMM) Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS) Serviço Limitado Especializado – Circuito e Rede Especializado (SLE)
Americel	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
TdB	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

Notas Explicativas

A controlada Claro possui autorizações para explorar o serviço móvel pessoal ("SMP") por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	Prazos						
	450 MHz	850 MHz	900 MHz	1800 MHz	3G 1900 – 2100 MHz	4G 2500 MHz ***	4G 700 MHz
Acre	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rondônia	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Tocantins	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Distrito Federal	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Mato Grosso	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Mato Grosso do Sul	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Goiás	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Bahia	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Sergipe	-	-	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Ceará	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paralíba	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Piauí	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paraná	-	-	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paraná (Norte)	-	-	Dezembro, 2022	Dezembro, 2022**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Santa Catarina	-	-	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro	-	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Espírito Santo	-	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio Grande do Sul	-	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
São Paulo – Capital	Outubro, 2027*	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
São Paulo – Interior	-	Março, 2028	Março, 2028	Março, 2028	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Minas Gerais	-	-	Abril, 2035	Abril, 2035**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	-	-	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Amazonas	Outubro, 2027	Abril, 2023	-	Dezembro, 2022	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Maranhão	Outubro, 2027	Abril, 2023	-	Dezembro, 2022	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Roraima	Outubro, 2027	Abril, 2023	-	Dezembro, 2022	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Amapá	Outubro, 2027	Abril, 2023	-	Dezembro, 2022	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Pará	Outubro, 2027	Abril, 2023	-	Dezembro, 2022	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029

* Inclui código nacional 12.

** Alguns blocos vencem em abril de 2023.

*** Além do bloco nacional com vencimento Outubro, 2027 a Claro tem 23 blocos regionais em 2,5 GHz (faixa P) onde 19 deles adquiridos no leilão da ANATEL (nº 2/2015) com vencimento em agosto de 2031.

Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços, objeto das concessões.

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Os demais serviços de telecomunicações prestados pelas controladas da Companhia, tais como o Serviço Móvel Pessoal (SMP) e o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) foram outorgados sob o regime privado, com base em autorizações expedidas pela ANATEL, e o regime jurídico aplicável não estabelece obrigações de reversibilidade de bens.

Direitos de Exploração de Satélite

Em setembro de 2020, foi deliberado, em Assembleia Geral Extraordinária da Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat"), o aumento de capital Tvsat pela TdB no montante de R\$830.816, oriundo de aumento de capital da controlada Claro na TdB, através de cessão de ativos imobilizados (*transponders*, estação terrena e outros) e transferência da titularidade dos direitos de exploração de satélites.

Notas Explicativas

Abaixo as autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

Tipo	Número	Posição Orbital	Data de Emissão	Vencimento (15 anos)
Extensão (renovação)	PVSS/SPV 007/2006	63ºW, 65ºW, 68ºW, 70ºW, 84ºW – Banda C	01/01/06	31/12/25
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65ºW – Banda Ku	25/02/03	06/03/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 12/2007	92ºW – Banda C	13/11/07	12/11/22
Posição Orbital	PVSS/SPV 002/2003	70ºW – Banda Ku	08/10/03	12/11/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2007	75ºW – Banda C e Ku	27/02/07	26/02/22
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70ºW – Banda Ka e Ku (Planejado)	28/03/12	27/03/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84ºW – Banda Ka e Ku	06/02/12	05/02/27

Análise sobre risco de continuidade operacional

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$5.582.478 no consolidado. Do total do capital circulante líquido, R\$196.075 refere-se a valores com partes relacionadas. Nosso acionista controlador América Móvil tem a capacidade financeira de, caso necessário, prover o suporte necessário para a continuidade das operações.

Pandemia do Covid-19 e seus impactos

Neste 2020 extremamente atípico e desafiador, marcados pela pandemia do COVID-19 que perdurou durante praticamente todo o ano, necessário destacar as principais medidas da Companhia que visaram atenuar os efeitos da pandemia para seus clientes, fornecedores e parceiros, colaboradores e para a sociedade de uma forma geral.

Em apoio aos clientes massivos, procura-se desde o início do isolamento social mantê-los conectados, incentivando serviços por meio de canais digitais e flexibilizando as condições de pagamento para os mais impactados. E como incentivo para que todos se mantivessem saudáveis e seguros em casa, a Claro abriu gratuitamente alguns de seus canais de TV por assinatura e apoiou a transmissão em sua programação das principais apresentações musicais ao vivo neste período, com foco em entreter seus clientes neste período extremamente difícil.

Para os clientes de pequenas e médias empresas, altamente afetados pelo isolamento social, tais clientes passaram a contar com a plataforma "Push do Bem", através da qual pequenas empresas podem anunciar seus produtos ao mercado, 100% *online*, minimizando os prejuízos causados pela crise.

Para os clientes corporativos, foram lançadas algumas soluções para apoiar os clientes e a sociedade em geral neste momento incomum, como o *Smart Office* e soluções de nuvem que facilitaram a adoção de trabalhos remotos. Destaca-se também soluções que contribuíram com o Governo na distribuição do auxílio emergencial, em ações de *e-Learning* e no funcionamento dos hospitais de emergência. Mesmo em período pandêmico, a Companhia busca apoiar os clientes em suas necessidades imediatas e na continuidade de seus negócios.

A Companhia vem trabalhando durante este período de pandemia para garantir que a rede continue funcionando normalmente, apesar do crescimento significativo observado no consumo dos clientes, que agora precisam trabalhar e estudar remotamente.

Notas Explicativas

Tem sido igualmente uma prioridade garantir a saúde dos colaboradores, para que eles possam continuar seu trabalho com qualidade e segurança. Nesse sentido, a maioria das equipes vem trabalhando em sistema de *home office* desde o início do isolamento social, com a infraestrutura necessária e com acesso a informações oficiais sobre a pandemia. E para aqueles cujas atividades são essenciais, como técnicos de campo, a Companhia fornece todos os equipamentos de proteção necessários para mantê-los trabalhando com segurança.

Desde o início da pandemia, a controlada Claro estabeleceu um Comitê de Crise, formado pela alta gestão, para dar celeridade às decisões e avaliar, de forma contínua, medidas preventivas e necessárias ao negócio, e que preservassem a saúde, a segurança e a tranquilidade dos colaboradores e seus familiares.

A Administração segue focada em adotar medidas visando atenuar os efeitos da pandemia aos clientes, fornecedores e parceiros, colaboradores e à sociedade de uma forma geral, assim como em tomar as medidas necessárias com o objetivo de manter a saúde financeira e a liquidez dos negócios.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), exceto pela apresentação das demonstrações financeiras do valor adicionado, a qual não é exigida pelo IASB. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), moeda funcional e de apresentação, e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e suporte financeiro da Companhia e suas controladas. Também foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponíveis para venda.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para a redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e realização de imposto de renda diferido.

Notas Explicativas

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

A Administração da Companhia avalia e monitora o desempenho dos resultados para tomada de decisões com base em relatórios consolidados e todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, pelo que a Companhia e controladas operam em uma unidade de negócio de Telecomunicações que abrange serviços locais, de longa distância nacional e internacional, comunicações de dados, serviços pós-pagos e serviços pré-pagos, tarifa de uso de meios, *roaming*, venda de aparelhos e acessórios, capacidade satelital para serviços de radiocomunicação, tais como (i) serviços de rede; (ii) serviços de telecomunicação ponto a ponto; e (iii) difusão de programação de rádio e televisão e outros serviços.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2021.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Algumas rubricas e quadros que compõem as notas explicativas do exercício comparativo foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações com o período corrente, porém, devido à imaterialidade dos montantes, não estão sendo detalhadas.

3. Políticas contábeis

3.1. Bases de consolidação e combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como é destacado o valor da participação de acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas apresentadas no exercício anterior.

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta e/ou indireta no capital social. No demonstrativo, abaixo, seguem as principais controladas:

	2020		2019	
	Indireta	Direta	Indireta	Direta
Claro (1)	-	45,54%	-	45,52%
Americel	-	100,00%	-	100,00%
TdB	45,54%	-	45,52%	-
BrasilCenter	45,54%	-	45,52%	-
Reyc	45,54%	-	45,52%	-
iMusica LLC (EUA)	45,54%	-	45,52%	-
Ideas Musicales S.A. (Argentina)	40,99%	-	40,97%	-
Ideas Musicales S.A. de C.V. (México)	45,54%	-	45,52%	-
Ideas Musicales de Colombia S.A.S.	45,54%	-	45,52%	-
Claro Pay (2)	-	100,00%	-	-

1) Em 20 de maio de 2020, em Ata da Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), foi aprovado o aumento de participação de 29.722 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme nota 9.

2) Em 15 de maio de 2020, a Companhia adquiriu 100 (cem) ações ordinárias, equivalente a totalidade da posição acionária da controlada Claro Pay, sociedade anônima de capital fechado, conforme nota 9.

Em 11 de dezembro de 2020, em AGE, foi aprovada a alteração da denominação social da controlada para Claro Pay S.A.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta, ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida.

Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possuir:

- Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida).
- Exposição ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento.

Quando a Companhia com menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ele tem poder sobre uma investida, incluindo:

- O acordo contratual com os outros titulares a voto da investida.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Em 19 de setembro de 2019, a controlada Claro adquiriu 203.101 ações ordinárias de emissão da Ustore Software e Serviços de Informática S.A. ("Ustore") no montante de R\$24.000 (dos quais R\$22.836 refere-se ao ágio), representativas de 40% (quarenta por cento) do capital social votante e total. O Acordo de Acionistas prevê uma opção de compra e venda com relação a totalidade das ações remanescentes exercíveis conforme os termos e condições previstos.

Em 31 de agosto de 2020, foi finalizado o laudo de Alocação do Preço de Compra (PPA - *Purchase Price Allocation*), da empresa Ustore pela Controlada Claro, sendo do total do ágio foram alocados R\$9.812 ao Intangível e R\$3.336 ao Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Passivo.

A controlada Claro e a Ustore usam o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma empresa é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Claro e a Ustore.

3.2. Novas políticas contábeis

Os pronunciamentos abaixo foram adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2020 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras:

Normas e Emendas a Normas	
<i>Conceptual Framework for Financial Reporting 2018 (the Framework) published / Revisão no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.</i>	Deliberação CVM Nº835, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) que revisou novos conceitos sobre apresentação, mensuração e divulgação, atualizou a definição de ativos e passivos bem como critérios de conhecimento e desconhecimento de ativos e passivos.
IFRS 3/CPC 15 (R1) — <i>Business Combinations / Combinação de negócios.</i>	Alterações: para esclarecer a definição de negócio.
IFRS 7/CPC 40 (R1) — <i>Financial Instruments: Disclosures / Instrumentos Financeiros: Divulgações.</i>	Alterações: relativas a questões de pré-substituição no contexto da reforma da taxa de juros interbancária.
IFRS 9/CPC 48 — <i>Financial Instruments / Instrumentos Financeiros.</i>	
IAS 39/CPC 38 - <i>Financial Instruments: Recognition and Measurement / Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.</i>	
IFRS 16/CPC 06 (R2) – <i>Leases/Operações de arrendamento mercantil.</i>	Deliberação CVM Nº859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº16 que estabelece alterações em decorrência de benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.
IAS 1/CPC 26 (R1) — <i>Presentation of Financial Statements / Apresentação das demonstrações financeiras.</i>	Alteração: definição de material (emendas a IAS 1 e IAS 8)
Alteração no IAS 8/CPC 23 — <i>Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors / Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros.</i>	

Notas Explicativas

Novos pronunciamentos com vigência em exercícios futuros:

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória.

Normas e Emendas a Normas		Vigências
IFRS 1/CPC 43 (R1) - <i>First-time Adoption of International Financial Reporting Standards</i> / Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro.	Alterado por melhorias anuais para as normas IFRS 2018-2020 (subsidiária como adotante pela primeira vez)	1º de janeiro de 2022
IFRS 3/CPC 15 (R1) - <i>Business Combinations</i> / Combinações de negócios.	Alterado por referência à estrutura conceitual (emendas à IFRS 3)	1º de janeiro de 2022
IFRS 9/CPC 48 — <i>Financial Instruments</i> / Instrumentos Financeiros.	Alterado pelas melhorias anuais das normas IFRS 2018-2020 (taxas no teste '10%' para desreconhecimento de passivos financeiros)	1º de janeiro de 2022
IFRS 10/CPC 36 (R3) and IAS 28/CPC 18 (R2) – <i>Investment Entities: Applying the Consolidation Exception</i> / Aplicando a Exceção na Consolidação.	Alteração: data efetiva das emendas a IFRS 10 e IAS 28	A definir
IAS 1/CPC 26 (R1) — <i>Presentation of Financial Statements</i> / Apresentação das demonstrações financeiras.	Alterado pela classificação do passivo como circulante ou não circulante (emendas à IAS 1)	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado / <i>Property, Plant and Equipment</i>	Alterado por imobilizado - Produto antes do uso pretendido (emendas à IAS 16)	1º de janeiro de 2022
IAS 37/CPC 25 — <i>Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets</i> / Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Alterado por contratos onerosos - custo de cumprimento de um contrato (emendas à IAS 37)	1º de janeiro de 2022
IFRS 17 – <i>Insurance contracts</i> / Contratos de Seguros – irá substituir a IFRS 4/CPC 11.		1º de janeiro de 2023
IAS 1/CPC 26 (R1) — <i>Presentation of Financial Statements</i> / Apresentação das demonstrações financeiras.	O IASB adia a data efetiva de Classificação de Passivos como Atual ou Não Atual (Alterações à IAS 1)	1º de janeiro de 2023

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação destas normas, alterações e interpretações vigentes em 1º de janeiro de 2021 não terão impacto nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrados no resultado do exercício, conforme Notas 4 e 22.

Notas Explicativas

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) a valor justo por meio de resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Notas Explicativas

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Os novos requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) a outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Notas Explicativas

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado

Passivos financeiros a custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração dos resultados.

Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço.

O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas.

O valor justo de um ativo ou um passivo é medido usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade de um participante do mercado para gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Contas a receber, líquidas

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, *simcards*, serviços de satélites e acessórios.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada na Nota 5.

3.6. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 22.

Notas Explicativas

Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

3.7. Estoques

Representados substancialmente por aparelhos *handsets*, celulares, *simcards*, cartões pré-pagos e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, conforme Nota 6.

3.8. Investimentos

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição.

O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foram amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

3.9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme Nota 10.

Notas Explicativas

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.10. Arrendamento mercantil

A Companhia e suas controladas avaliam na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

Notas Explicativas

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, e ajustadas por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária espera exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual, o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

O passivo de arrendamento é remensurado, refletindo o efeito no respectivo ativo de direito de uso, sempre que:

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

Notas Explicativas

3.11. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial, pelos seus custos de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável. É representado substancialmente pelo direito de exploração de serviço móvel celular acrescido dos encargos financeiros incorridos até à data de entrada em operação da Companhia e suas controladas. As outorgas começaram a ser amortizadas quando do início de cada operação, pelo período remanescente aos 15 anos a que se refere, pelo método linear descrito na Nota 11.

Incluem ainda, os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros e valores de fundo de comércio referentes as lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos).

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

3.12. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- a) **Ágio:** o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

Notas Explicativas

- b) **Ativos Intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Avaliação da recuperação do valor contábil

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

- Receitas

Projetadas com base na realização do ano de 2020 e projeções orçamentárias para 2021, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos decorrente da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada.

- Custos e despesas operacionais

Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.

- Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente. Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1).

Notas Explicativas

- Taxa de desconto

Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta.

3.13. Tributação

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras:

- CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Tributo Federal.
- COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Tributo Federal.
- CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal.
- FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.
- FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.
- FINSOCIAL - Fundo de Investimento Social.
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Tributo Estadual.
- IOF - Imposto sobre Operações Financeiras - Tributo Federal.
- IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal.
- IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal.
- ISS - Imposto sobre Serviço Prestado - Tributo Municipal.
- PIS - Programa de Integração Social - Tributo Federal.
- PPNUM - Preço público relativo a administração dos recursos de numeração.
- TFF - Taxa de Fiscalização e Funcionamento.
- TFI - Taxa de Fiscalização e Instalação.

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social corrente relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido é reconhecido no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Notas Explicativas

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS, ISS, às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente. Para as demais receitas auferidas pela Companhia na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços e vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

3.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas Explicativas

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas como de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia e suas controladas registram provisões para contingências no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 15.

Notas Explicativas

Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis Notas do Tesouro Nacional série B ("NTN-B") com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada benefício. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma curva decrescente que parte da expectativa de curto prazo de aumento dessas despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 17.

Provisão para perdas de crédito esperadas

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

Provisão para desmantelamento de ativos

A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados.

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido.

Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos.

Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Notas Explicativas

Arrendamento – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

As controladas da Companhia não são capazes de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a controlada Claro teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxa observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. O prazo médio da vida útil dos ativos de direito de uso é de sete anos.

3.15. Participação de empregados no resultado

As controladas constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

3.16. Receitas diferidas

Representadas, principalmente pela receita referente aos créditos de recarga de celulares pré-pagos e os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

Representadas também, pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no MERCOSUL, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

3.17. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas Explicativas

3.18. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.19. Reconhecimento de receita

As controladas oferecem pacotes comerciais que combinam equipamentos e serviços de telefonia fixa e móvel, dados, *internet* e TV por assinatura, sendo o reconhecimento das receitas de serviços e venda de aparelhos distribuídas entre seus elementos. As controladas reconhecem as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Os pacotes de serviços incluem a venda de aparelhos celulares com desconto, a controlada Claro realiza a alocação do desconto e reconhece as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes. Uma parte adicional da receita é alocada nas receitas reconhecidas pela venda de celulares no início do contrato, representando um aumento na receita de venda de equipamentos. A diferença entre o valor da receita e o valor da receita de venda de equipamentos no momento inicial é reconhecida como um ativo contratual, alocado à receita de serviços pelo período do contrato.

As controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.

As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados referentes aos cartões já vendidos são registrados como receita diferida pré-pago.

As receitas de venda de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização.

Notas Explicativas

3.20. Subvenção e assistência governamentais

A controlada Claro possui benefícios fiscais advindos de subvenções e assistências governamentais que reduzem as bases do IRPJ e da CSLL.

A parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos fiscais, em conformidade ao artigo 195-A da Lei 6.404/76, são destinadas para a reserva de incentivos fiscais que por consequência são excluídas do cálculo de dividendos obrigatórios, e utilizadas apenas para aumento de capital ou na absorção de prejuízos.

3.21. Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

3.22. Participações de não controladores

Refere-se, principalmente, a participação de não controladores na controlada Claro.

3.23. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

3.24. Demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	2	-	172.493	196.789
Aplicações financeiras	12.177	431	360.760	933
	<u>12.179</u>	<u>431</u>	<u>533.253</u>	<u>197.722</u>

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

5. Contas a receber, líquidas

	Consolidado	
	2020	2019
Venda de aparelhos celulares e acessórios	856.648	791.467
Serviços de voz, dados e outros	5.557.093	5.836.662
Administradoras estrangeiras	26.378	25.413
	6.440.119	6.653.542
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.607.622)	(1.796.608)
	4.832.497	4.856.934

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Consolidado	
	2020	2019
A vencer	3.605.610	3.471.968
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	1.170.379	1.207.229
De 31 a 60 dias	310.900	333.008
De 61 a 90 dias	237.371	289.263
Mais de 90 dias	1.115.859	1.352.074
	6.440.119	6.653.542

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	1.796.608	2.138.272
Provisão constituída	664.678	778.217
Baixa de provisão (1)	(853.664)	(1.119.881)
Saldo final	1.607.622	1.796.608

(1) Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

6. Estoques

	Consolidado	
	2020	2019
Estoques de aparelhos para revenda	316.417	216.324
Materiais para manutenção de rede e assistência técnica	98.460	90.826
Estoques de <i>simcards</i> e acessórios para revenda	30.938	17.798
Outros	17.078	15.619
	462.893	340.567
Provisão para perdas em estoques	(48.819)	(48.893)
	414.074	291.674

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	48.893	46.656
Provisão constituída	6.350	5.306
Baixas	(6.424)	(3.069)
Saldo final	48.819	48.893

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

7. Tributos a recuperar e diferidos, líquidos

7.1 Tributos a recuperar, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS a recuperar (1)	-	-	1.221.752	966.825
Imposto de renda retido na fonte (2)	1	1	920.027	335.915
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)	37.293	24.020	233.273	482.085
PIS/COFINS (4)	-	-	459.105	505.778
FINSOCIAL (5)	-	-	-	169.890
CPMF pago indevido (6)	31.414	32.842	31.415	32.842
Outros	-	8	29.626	102.655
	68.708	56.871	2.895.198	2.595.990
Circulante	13.393	8.763	1.125.706	589.328
Não circulante	55.315	48.108	1.769.492	2.006.662

(1) Os créditos do ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização.

(2) Predominantemente são créditos de imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações e receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizados para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SRF 213/2002.

Adicionalmente, em 2020 com as recentes Soluções de Consulta Cosit nºs 11 e 15, de março de 2020 que confirmam a natureza interpretativa da LC 160/2017 e a possibilidade de aplicação retroativa da norma, a controlada Claro passou a beneficiar-se dos incentivos de Subvenção ICMS sobre TV, previstos na Lei Complementar citada e no art. 30 da Lei 12.973/2014. Com base nessa decisão o lucro tributável de 2018 e 2019 foi recalculado, gerando uma redução do tributo a pagar e recomposição do crédito utilizado no montante de R\$550.728 (R\$292.083 referente a 2018 e R\$258.645 referente a 2019). Em 31 de dezembro de 2020 foi utilizado o montante de R\$128.630 para compensação do IRPJ e CSLL do ano.

(3) Conforme mencionada na referência 2, além de recompor o IRRF de lucros do exterior, ao adotar o benefício fiscal da subvenção ICMS e recalcularmos o lucro tributável de 2018 e 2019 foi gerado crédito em decorrência da redução do tributo a pagar no montante de R\$105.917 (R\$51.335 referente a 2018 e R\$54.562 referente a 2019).

Em 2019 foi constituído, no montante de R\$387.159, créditos decorrentes de ação judicial na qual foi reconhecida a não incidência dos IRPJ e da CSLL sobre o Lucro Inflacionário (fatos geradores ocorridos nos anos de 1990 a 1994). Em maio de 2020, a Companhia reconheceu um complemento do crédito no valor de R\$245.594 (R\$243.410 de principal e R\$2.184 Selic). O crédito foi utilizado integralmente para compensação de tributos federais.

(4) Durante 2019 houve registros de créditos referente a exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, no montante total de R\$46.097 (R\$21.783 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$24.314 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro) decorrente da ação judicial, transitada em julgada no primeiro semestre de 2019 da controlada Claro, referente ao período de 2005 a 2010.

(5) Trata-se de crédito fiscal oriundo do pagamento a maior do tributo FINSOCIAL, nos períodos-base de setembro de 1989 a março de 1992, pela controlada Claro. A controlada Claro obteve o direito a este crédito fiscal através de decisão judicial transitada em julgada no mês de setembro de 2014, oriundo da incorporada Embratel. Referido ativo fiscal foi objeto de execução contra a União, tendo sido recebido nos anos de 2020 e 2017.

Notas Explicativas

- (6) Trata-se de crédito decorrente de pagamento em duplicidade efetuado pela Companhia em 2009 em razão de ter efetuado pagamento espontâneo de débito CPMF incidente sobre operações simbólicas de câmbio. Isso porque, quando da realização do pagamento, a Companhia já se encontrava sob ação fiscal e, portanto, não poderia realizar qualquer pagamento de forma espontânea. Assim, concluída a ação fiscal, foi desconsiderado o pagamento efetuado e lavrado auto de infração. Posteriormente a Companhia efetuou o pagamento do débito exigido pelo auto de infração com o benefício instituído pela Lei nº 11.941/2009 e o valor pago durante a ação fiscal constituiu-se em crédito em favor da Companhia contra a Receita Federal.

7.2 Tributos diferidos, líquidos

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua realização futura.

A Companhia estima que seguirá mantendo o ritmo de crescimento dos negócios a partir da estratégia de investimento visando o crescimento do mercado de dados, móvel e valor adicionado, combinado com ofertas de maior valor agregado gerando disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos créditos fiscais.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Notas Explicativas

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Consolidado					
	2020			2019		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais	2.886.997	1.050.445	3.937.442	2.778.541	1.011.556	3.790.097
Provisão para perdas de crédito esperadas	701.505	252.542	954.047	850.827	306.298	1.157.125
Provisão para contingências	1.539.541	554.235	2.093.776	1.426.403	513.505	1.939.908
Tributos com exigibilidade suspensa	514.728	185.302	700.030	495.989	178.556	674.545
Crédito fiscal incorporado (1)	61.037	21.973	83.010	204.423	73.592	278.015
Plano atuarial	577.199	207.792	784.991	536.180	193.025	729.205
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	1.558	561	2.119	-	-	-
Efeitos de IFRS 16/CPC 06(R2)	84.519	30.427	114.946	55.637	20.029	75.666
Outras diferenças temporárias	640.774	230.678	871.452	625.693	225.249	850.942
	7.007.858	2.533.955	9.541.813	6.973.693	2.521.810	9.495.503
Passivo fiscal diferido						
Correção monetária especial	(18.915)	(6.809)	(25.724)	(18.915)	(6.809)	(25.724)
Plano atuarial	(98.419)	(35.431)	(133.850)	(98.974)	(35.631)	(134.605)
Ágio em aquisições (2)	(584.322)	(183.233)	(767.555)	(590.635)	(185.505)	(776.140)
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	(601.034)	(216.372)	(817.406)	(548.424)	(197.433)	(745.857)
Depreciação acelerada (3)	(21.958)	(7.905)	(29.863)	(91.312)	(32.872)	(124.184)
Inovação tecnológica (4)	(31.246)	(11.249)	(42.495)	-	-	-
Outras diferenças temporárias	(91.302)	(32.868)	(124.170)	(93.247)	(33.568)	(126.815)
	(1.447.196)	(493.867)	(1.941.063)	(1.441.507)	(491.818)	(1.933.325)
Ativo fiscal diferido, líquido	5.560.662	2.040.088	7.600.750	5.532.186	2.029.992	7.562.178

- (1) Benefício fiscal oriundo de amortização do ágio vertido da incorporada NET. Conforme instrução CVM 319, bem como interpretação técnica ICPC09 (R1) emitido pelo CPC, o referido imposto diferido ativo, teve como contrapartida a rubrica demonstrada "Reserva Especial de Ágio" no patrimônio líquido no montante de R\$975.023, em 31 de dezembro de 2014.
- (2) Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jundiá Ltda., Big TV ESC 90 e BrTel.
- (3) Depreciação acelerada fiscal dos satélites C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018. Em setembro de 2020, os satélites foram transferidos para TvSat sendo realizado o passivo diferido da controlada Claro no montante de R\$82.262
- (4) Em 2019 a Companhia utilizou o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Entretanto tal benefício foi declarado somente na entrega da ECF ("Escrituração Contábil Fiscal") de 2019 que ocorreu em setembro de 2020. Os efeitos da adoção desse benefício impactaram o IRPJ e a CSLL no ano de 2020.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.623.648	2.062.959	7.686.607
Constituição	269.001	96.841	365.842
Realização	(360.463)	(129.808)	(490.271)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.532.186	2.029.992	7.562.178
Constituição	405.040	145.659	550.699
Realização	(376.564)	(135.563)	(512.127)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.560.662	2.040.088	7.600.750

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Ano	Consolidado (*)
2021	821.307
2022	1.689.212
2023	1.080.424
2024	1.231.469
2025	914.111
2026	871.543
2027	1.000.452
2028 a 2030	1.933.295
	9.541.813

(*) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

8. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	2020	2019
Custos incrementais para obtenção de contratos com clientes (1)	2.259.557	2.035.712
Seguros	72.894	65.014
Propaganda e publicidade	18.936	11.245
Outros	56.329	52.605
	2.407.716	2.164.576
Circulante	1.163.258	993.052
Não circulante	1.244.458	1.171.524

1) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas para obtenção de contratos com clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, aos quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato.

9. Investimentos

Na controladora, a movimentação dos saldos de investimentos está demonstrada a seguir:

	TvSat (2)	Claro (1) (2)	Americel (2)	Claro Pay S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	997.511	6.859.306	529.575	-	8.386.392
Resultado da equivalência patrimonial	(236.962)	806.371	(17.599)	-	551.810
Variação cambial em controlada no exterior e outros	-	(852)	-	-	(852)
Reflexo de outras movimentações de controladas	-	(1.907)	-	-	(1.907)
Distribuição de dividendos (3)	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Mudança de participação	-	(12)	-	-	(12)
Atualização de passivo atuarial	-	(245.180)	2.923	-	(242.257)
Aumento de capital (4)	-	16.269	-	-	16.269
Saldos em 31 de dezembro de 2019	760.549	7.433.995	504.899	-	8.699.443
Resultado da equivalência patrimonial	99.452	1.557.950	53.591	(97)	1.710.896
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (5)	-	-	(25.140)	-	(25.140)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(509)	-	(509)
Ágio na aquisição de empresa (6)	-	-	-	16	16
Aumento de capital (7) (8) (9)	-	5.627	1.515.000	1.000	1.521.627
Variação cambial em controlada no exterior	-	(4.807)	24	-	(4.783)
Atualização de passivo atuarial	(35)	(14.157)	216	-	(13.976)
Perda em transações de capital (10)	-	-	(71.243)	-	(71.243)
Mudança de participação	-	(2)	-	-	(2)
Reflexo de outras movimentações de controladas	-	(743)	-	-	(743)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	859.966	8.977.863	1.976.838	919	11.815.588

Notas Explicativas

- 1) A base para cálculo do investimento é o patrimônio líquido ajustado do direito de reserva pertencente ao controlador, até maio de 2020.
- 2) As referidas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outros auditores independentes.
- 3) Em 28 de janeiro de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$10.000 à conta de Reserva de Lucros, à razão de R\$0,520143188198 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, na forma do artigo 204 da Lei nº 6.404/76.
- 4) Em 30 de setembro de 2019, foi deliberado em Ata de Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), o aumento de capital na controlada Claro no montante de R\$16.269 oriundo de duas parcelas de reserva especial de ágio nos valores de R\$9.133 e R\$7.136, mediante emissão de 89.817 ações nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas foram totalmente subscritas pela Companhia.
- 5) Em 20 de janeiro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$6.540 à conta de Reserva de Lucros, à razão de R\$0,3401736451 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no montante de R\$1.600 à conta de Reserva de Lucros, à razão R\$0,0707394736 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na forma do artigo 204 da Lei nº 6.404/76.

Em 21 de agosto de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$3.000 à conta de Reserva de Lucros, à razão de R\$0,0395180740 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na forma do artigo 204 da Lei nº 6.404/76.
- 6) Em 15 de maio de 2020, a Companhia adquiriu 100 (cem) ações ordinárias, equivalentes a totalidade da posição acionária da controlada Claro Pay, sociedade anônima de capital fechado.
- 7) Em 20 de maio de 2020, foi deliberado em Ata de Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), o aumento de capital na controlada Claro no montante de R\$5.627 oriundo da última parcela de reserva especial de ágio, mediante emissão de 29.722 ações nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas foram totalmente subscritas pela Companhia.
- 8) Em 27 de julho de 2020, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o aumento de capital na controlada Americel no montante de R\$1.515.000 a ser implementado por meio de capitalização de crédito decorrente de 151.500 debêntures de titularidade da Companhia em face da controlada Claro no mesmo valor, nos termos dos instrumentos celebrados por ocasião da 8ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversível em ações. Foram emitidas 56.689.155.511 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.
- 9) Em 24 de agosto de 2020, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o aumento de capital na controlada Claro Pay no montante de R\$1.000 capitalizado em moeda corrente, mediante emissão de 1.000.000 ações nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas foram totalmente subscritas pela Companhia.
- 10) Em 05 de novembro de 2020, a controlada Americel registrou perda em função da compra da participação total do acionista não controlador na EG Participações S.A., no montante de R\$71.243.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os detalhes das principais controladas diretas e indiretas, são como se seguem:

Empresa	2020		Quantidade total de ações (lotes de mil)		% de participação	
	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Ordinárias	Preferenciais	Total	Capital votante
Claro	3.421.278	19.714.489	48.449	40.185	45,54	83,25
Americel	53.592	1.976.837	75.914.631	-	100,00	100,00
Tvsat	199.903	2.117.839	5.961.702	5.961.702	40,61	32,22
Claro Pay	(97)	903	1.000	-	100,00	100,00

Empresa	2019		Quantidade total de ações (lotes de mil)		% de participação	
	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Ordinárias	Preferenciais	Total	Capital votante
Claro	1.772.549	16.336.484	48.419	40.185	45,52	83,24
Americel	(17.598)	504.899	19.225.475	-	100,00	100,00
Tvsat	(338.737)	1.087.202	3.460.528	3.460.528	69,95	39,91

Os investimentos no consolidado estão compostos como seguem:

	2020	2019
Ustore Software e Serviços de Informática S.A. (1)	16.599	23.651
Tvsat – Investimento (2)	1.748.470	760.549
EG Participações (3)	224.542	-
Claro Pay S.A.	16	-
Outros	19	19
	1.989.646	784.219

- (1) Em 19 de setembro de 2019, a controlada Claro adquiriu 203.101 ações ordinárias de emissão da Ustore Software e Serviços de Informática S.A. ("Ustore"), representativas de 40% (quarenta por cento) do capital social votante e total. O Acordo de Acionistas prevê uma opção de compra e venda com relação a totalidade das ações remanescentes exercíveis conforme os termos e condições previstos.

Em 31 de agosto de 2020, foi finalizado o laudo de Alocação do Preço de Compra (PPA - *Purchase Price Allocation*), da empresa Ustore pela controlada Claro, sendo do total do ágio foram alocados R\$9.812 ao Intangível e R\$3.336 ao Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Passivo.

- (2) Em setembro de 2020, foi deliberado em AGE, o aumento de capital na Tvsat no montante de R\$830.816 oriundo de aumento de capital da controlada Claro na TdB, através de cessão de ativos imobilizados (*transponders*, estação terrena e outros).
- (3) Em 29 de outubro de 2020, mediante contrato de compra e venda celebrado entre os acionistas, ficou acordado a venda total da participação do acionista não controlador da EG Participações S.A. para a controlada Americel.

Notas Explicativas

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui influência significativa e contabilização pelo método de equivalência patrimonial:

	Tvsat	
	2020	2019
Resumo do Balanço Patrimonial:		
Ativo circulante	1.943.352	1.929.820
Ativo não circulante	1.135.815	488.401
Total do ativo	3.079.167	2.418.221
Passivo circulante	776.370	1.135.448
Passivo não circulante	184.958	195.571
Patrimônio líquido	2.117.839	1.087.202
Total do passivo e patrimônio líquido	3.079.167	2.418.221
Resumo da Demonstração de Resultados:	2020	2019
Receita operacional, líquida	1.487.515	1.394.089
Custos e despesas operacionais	(1.254.359)	(1.616.493)
Receita (despesa) financeira, líquida	(23.591)	8.115
Imposto de renda e contribuição social	(9.662)	(124.448)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	199.903	(338.737)

a) Aquisição Ustore

Em 31 de agosto de 2020, foi finalizado o laudo de Alocação do Preço de Compra (PPA - *Purchase Price Allocation*), da empresa Ustore pela controlada Claro, sendo do total do ágio foram alocados R\$9.812 ao Intangível e R\$3.336 ao Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Passivo.

Em 19 de setembro de 2019, a controlada Claro adquiriu 203.101 ações ordinárias de emissão da Ustore no montante de R\$24.000 (dos quais R\$22.847 refere-se ao ágio), representativas de 40% (quarenta por cento) do capital social votante e total. O Acordo de Acionistas prevê uma opção de compra e venda com relação a totalidade das ações remanescentes exercíveis conforme os termos e condições previstos.

Ativos identificáveis adquiridos e ágio

De acordo com o IFRS 3 /CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os ativos adquiridos e passivos assumidos, foram reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição em laudo de avaliação financeira emitido por empresa de avaliação independente:

Notas Explicativas

Valor justo reconhecido na aquisição	Ustore
Ativo circulante	1.198
Caixa e equivalentes de caixa	1.814
Contas a receber	135
Outros ativos	(751)
Ativo não circulante	6.740
Imobilizado	1.079
Intangível	5.661
Passivo circulante	1.653
Passivo não circulante	3.403
Total dos ativos identificáveis líquidos	2.882
Participação adquirida	40%
Participação nos ativos identificáveis líquidos	1.153
Preço de aquisição	24.000
Ágio na aquisição de negócios	22.847

Não foram identificados outros ativos intangíveis que requereriam alocação pela controlada Claro.

b) Incorporação Claro Corporate

Em AGE realizada em 02 de setembro de 2019, foi aprovada a incorporação da Claro Corporate pela TdB. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária. Esta ação não implicará em aumento de capital da TdB nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social. A Claro Corporate foi extinta de pleno direito e a TdB a sucedeu em todos os direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. A eficácia desta incorporação ocorreu em 02 de setembro de 2019.

c) Incorporação Primesys Soluções Empresariais S.A. ("PMS")

Em AGE realizada em 01 de julho de 2019, foi aprovada a incorporação da PMS pela controlada Claro. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária. Esta ação não implicará em aumento de capital da controlada Claro nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social. A PMS foi extinta de pleno direito e a controlada Claro sucedeu em todos os direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. A eficácia desta incorporação ocorreu em 01 de julho de 2019.

Em 01 de julho de 2019 com a incorporação da PMS pela controlada Claro, essa passou a deter na referida data a totalidade das quotas sociais e representativas do capital social da controlada Reyc. Como ato seguinte com o intuito de recompor a pluralidade de sócios no capital social da controlada Reyc a controlada Claro cedeu e transferiu a título oneroso 1 quota social de sua titularidade a TdB, no valor de R\$91,60 livre e desembaraçada de quaisquer ônus e gravames.

10. Imobilizado

a) Movimentação de imobilizado

Consolidado						
Custo	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (1)	Direito de uso em arrendamento (b)	Saldo em 31/12/2019
Equipamentos de transmissão	67.149.577	873.464	(475.732)	4.665.410	-	72.212.719
Infraestrutura	10.194.193	1.097	(74.311)	1.161.540	-	11.282.519
Equipamentos de comutação	17.909.573	4.156	(57.315)	1.434.439	-	19.290.853
Prédios	1.150.818	381	(2)	47.457	-	1.198.654
Terrenos	427.883	3.236	(1.853)	8.211	-	437.477
Outros ativos imobilizados	4.484.132	136.447	(27.786)	131.562	-	4.724.355
Ajuste ao valor de realização	(1.358.457)	-	-	-	-	(1.358.457)
Imobilizado em andamento (2)	6.004.789	7.275.232	(20.204)	(7.861.895)	-	5.397.922
Imobilizado em operação e andamento	105.962.508	8.294.013	(657.203)	(413.276)	-	113.186.042
Direito de uso em arrendamento (b)	-	-	-	-	6.943.912	6.943.912
Total	105.962.508	8.294.013	(657.203)	(413.276)	6.943.912	120.129.954

Depreciação	Vida útil estimada em anos	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (1)	Direito de uso em arrendamento (b)	Saldo em 31/12/2019
Equipamentos de transmissão	2,3,5,7,8,10,12,13,15 e 25	(47.984.305)	(4.060.439)	459.445	(1.051)	-	(51.586.350)
Infraestrutura	5,10,12,15,20, 25 e 30	(7.155.123)	(405.792)	53.990	(212)	-	(7.507.137)
Equipamentos de comutação	3,4,5,7,10 e 15	(13.942.685)	(940.698)	57.138	9.319	-	(14.816.926)
Prédios	20 e 25	(825.675)	(26.147)	1	-	-	(851.821)
Outros ativos imobilizados	5, 13, 15 e 25	(3.863.236)	(308.632)	26.378	4.841	-	(4.140.649)
Ajuste ao valor de realização		1.344.798	2.565	-	-	-	1.347.363
Imobilizado em operação e andamento		(72.426.226)	(5.739.143)	596.952	12.897	-	(77.555.520)
Direito de uso em arrendamento (b)		-	-	-	-	(1.040.128)	(1.040.128)
Total		(72.426.226)	(5.739.143)	596.952	12.897	(1.040.128)	(78.595.648)

Imobilizado, líquido	33.536.282	2.554.870	(60.251)	(400.379)	5.903.784	41.534.306
-----------------------------	-------------------	------------------	-----------------	------------------	------------------	-------------------

1) Representam transferências de imobilizado em andamento para operação, bem como para o intangível.

2) Saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4.5G) e implantação da tecnologia fotônica na transmissão DWDM.

Consolidado							
Custo		Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências (1)	Cessão de ativos (2)	Saldo em 31/12/2020
Equipamentos de transmissão		72.212.719	813.709	(535.232)	3.637.296	(2.205.379)	73.923.113
Infraestrutura		11.282.519	11	(39.631)	651.336	-	11.894.235
Equipamentos de comutação		19.290.853	435	(58.533)	1.110.371	-	20.343.126
Prédios		1.198.654	-	(838)	69.915	-	1.267.731
Terrenos		437.477	-	-	893	-	438.370
Outros ativos imobilizados		4.724.355	91.483	(13.405)	71.003	-	4.873.436
Ajuste ao valor de realização		(1.358.457)	-	-	-	-	(1.358.457)
Imobilizado em andamento (3)		5.397.922	6.151.252	(17.688)	(5.565.893)	(302)	5.965.291
Imobilizado em operação e andamento		113.186.042	7.056.890	(665.327)	(25.079)	(2.205.681)	117.346.845
Direito de uso em arrendamento (b)		6.943.912	-	-	-	-	7.128.702
Total		120.129.954	7.056.890	(665.327)	(25.079)	(2.205.681)	124.475.547

Depreciação	Vida útil estimada em anos	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências (1)	Cessão de ativos (2)	Direito de uso em arrendamento (b)	Saldo em 31/12/2020
Equipamentos de transmissão	2,3,5,7,8,10,12,13,15 e 25	(51.586.350)	(4.156.431)	450.471	91	1.374.865	-	(53.917.354)
Infraestrutura	5,10,12,15,20, 25 e 30	(7.507.137)	(460.395)	35.519	(111)	-	-	(7.932.124)
Equipamentos de comutação	3,4,5,7,10 e 15	(14.816.926)	(1.008.896)	40.535	(18)	-	-	(15.785.305)
Prédios	20 e 25	(851.821)	(28.214)	344	(0)	-	-	(879.691)
Outros ativos imobilizados	5, 13, 15 e 25	(4.140.649)	(269.259)	13.252	38	-	-	(4.396.618)
Ajuste ao valor de realização		1.347.363	2.051	-	-	-	-	1.349.414
Imobilizado em operação e andamento		(77.555.520)	(5.921.144)	540.121	-	1.374.865	-	(81.561.678)
Direito de uso em arrendamento (b)		(1.040.128)	-	-	-	-	(1.002.680)	(2.042.808)
Total		(78.595.648)	(5.921.144)	540.121	-	1.374.865	(1.002.680)	(83.604.486)

Imobilizado, líquido		41.534.306	1.135.746	(125.206)	(25.079)	(830.816)	(817.890)	40.871.061
-----------------------------	--	------------	-----------	-----------	----------	-----------	-----------	------------

1) Representam transferências de imobilizado em andamento para operação, bem como para o intangível.

2) Referem-se aos bens cedidos pela TdB para aumento de capital na Tvsat, conforme nota 9.

3) Saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4.5G) e implantação da tecnologia fotônica na transmissão DWDM.

Notas Explicativas

b) Movimentação do direito de uso em arrendamento

Incluem contratos de aluguel enquadrados na nova regra da IFRS 16/CPC 06 (R2). Referem-se principalmente à arrendamento de lojas, terrenos, espaço em torres de terceiros, infraestrutura de rede, dentre outros.

	Consolidado							
	Vida útil estimada em anos	Adoção inicial em 01/01/2019	Adições, líquidas*	Amortização do direito de uso	Saldo em 31/12/2019	Adições, líquidas*	Amortização do direito de uso	Saldo em 31/12/2020
Equipamentos de transmissão	7	85.932	87.759	(25.494)	148.197	12.011	(26.993)	133.215
Prédios	5	108.056	92.790	(40.508)	160.338	(23.781)	(41.636)	94.921
Infraestrutura	3, 4 e 8	5.667.492	1.051.316	(1.123.559)	5.595.249	414.976	(1.152.467)	4.857.758
Direito de uso em arrendamento, líquido		5.861.480	1.231.865	(1.189.561)	5.903.784	403.206	(1.221.096)	5.085.894

* Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

c) Bens vinculados aos contratos de concessão

Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, firmados na controlada Claro, estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços objeto das concessões, de modo a garantir a continuidade destes ao final das concessões.

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

d) Satélites

Em virtude da operação de incorporação da Star One realizada em AGE em 18 de dezembro de 2018, a controlada Claro é sucessora legal de todos os bens, direitos e obrigações que compõem o acervo cindido.

Em 20 de outubro de 2017, a controlada Star One assinou contrato com a SSL – Space Systems Loral para construção do satélite Star One D2, que será equipado com “*transponders*” 52 nas Bandas C e Ku, 20 Gbps de capacidade em Banda Ka e uma certa capacidade em Banda X. O investimento total desse projeto está estimado em US\$323.000.000 e a entrada em operação comercial deverá ocorrer no primeiro semestre de 2021.

O satélite complementar a cobertura de Banda Ka do Star One D1, ampliando as ofertas de *backhaul* e banda larga para todo o território nacional. O Star One D2 também garantirá a continuidade dos serviços em Banda C e Ku do Star One C2. Com a Banda Ku, o satélite fornecerá capacidade de dados, vídeo e *Internet* para órgãos do Governo e grandes empresas de diversos setores das Américas do Sul e Central, incluindo o México, além de possibilitar a transmissão de sinais para TV por Assinatura. As ofertas de sinais de TV Aberta serão garantidas pela Banda C. O valor do imobilizado em andamento do projeto do satélite D2 em 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.195.944 (R\$914.225 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Em setembro de 2020, foi deliberado em Ata de Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), o aumento de capital na Tvsat pela TdB no montante de R\$830.816 oriundo de aumento de capital da controlada Claro na TdB, através de cessão de ativos imobilizados (*transponders*, estação terrena e outros) e transferência da titularidade dos direitos de exploração de satélites, conforme Nota 1.

e) Juros capitalizados

A controlada Claro adota como prática capitalizar mensalmente os custos de empréstimos durante o período de construção de seus ativos qualificáveis (satélites), líquidos de receitas financeiras em conformidade com as práticas estabelecidas pelo CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos no montante de R\$155.711.

f) Revisão da vida útil

A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua e com base na avaliação técnica profissional. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que, a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo.

g) Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos indicativos de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

11. Intangível

a) Movimentação do intangível

		Consolidado									
Custo		Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (1)	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências (1)	Mais-valia (3)	Saldo em 31/12/2020
Licenças de outorga (2)		14.483.928	47.864	-	1.650	14.533.442	47.991	-	12.029	-	14.593.462
Direito de uso de <i>software</i>		4.794.640	2.385	(18)	671.646	5.468.653	153	(16.604)	227.189	9.812	5.689.203
Ágio		3.769.869	-	-	-	3.769.869	-	-	-	-	3.769.869
Direito de uso de circuitos e de passagem		1.612.073	55.272	-	3.473	1.670.818	-	-	341.322	-	2.012.140
Fundo de comércio		92.142	-	-	100	92.242	-	-	-	-	92.242
Outros ativos intangíveis		203.497	466	(78)	-	203.885	1.173	(1)	1.307	-	206.364
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças		1.657.303	-	-	-	1.657.303	-	-	-	-	1.657.303
Ajuste ao valor de realização		(163.234)	-	-	-	(163.234)	-	-	-	-	(163.234)
Intangível em andamento		316.008	232.409	-	(269.090)	279.327	688.239	-	(556.768)	-	410.798
Total		26.766.226	338.396	(96)	407.779	27.512.305	737.556	(16.605)	25.079	9.812	28.268.147

Amortização	Vida útil estimada em anos	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (1)	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências (1)	Mais-valia (3)	Saldo em 31/12/2020
Licenças de outorga (2)	6,15 e 20	(10.736.224)	(472.014)	-	-	(11.208.238)	(470.454)	-	-	-	(11.678.692)
Direito de uso de <i>software</i>	5	(3.479.808)	(369.202)	18	(7.400)	(3.856.392)	(477.604)	8.707	2	-	(4.325.287)
Ágio	-	(174.207)	-	-	-	(174.207)	-	-	-	-	(174.207)
Direito de uso de circuitos e de passagem	5,12,15,20 e 30	(627.775)	(102.419)	-	-	(730.194)	(111.786)	-	-	-	(841.980)
Fundo de comércio	1	(92.144)	(17)	-	-	(92.161)	(83)	-	-	-	(92.244)
Outros ativos intangíveis	5,10 e 20	(194.934)	(2.949)	-	-	(197.883)	(3.975)	-	-	-	(201.858)
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7 - 6,7 e	(1.175.123)	(31.615)	-	-	(1.206.738)	(3.797)	-	-	-	(1.210.535)
Ajuste ao valor de realização	10,75	163.234	-	-	-	163.234	-	-	-	-	163.234
Total	-	(16.316.981)	(978.216)	18	(7.400)	(17.302.579)	(1.067.699)	8.707	2	-	(18.361.569)

Intangível, líquido		10.449.245	(639.820)	(78)	400.379	10.209.726	(330.143)	(7.898)	25.081	9.812	9.906.578
---------------------	--	------------	-----------	------	---------	------------	-----------	---------	--------	-------	-----------

- 1) Representam transferências de intangível em andamento para operação, bem como o imobilizado para o intangível.
- 2) As licenças de outorga de frequência referem-se ao direito de exploração do serviço móvel celular. O prazo para a exploração é de 15 anos renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à fiscalização da ANATEL e subordinadas às normas que regulamentam a exploração do Serviço Móvel Pessoal.
- 3) Trata de mais-valia da Ustore, conforme Nota 9.

Notas Explicativas

12. Fornecedores e outras contas a pagar

	Consolidado	
	2020	2019
12.1 Fornecedores		
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços		
Fornecedores diversos	7.265.016	5.760.991
Interconexão e <i>roaming</i>	116.733	127.886
<i>Cobilling</i>	78.013	73.251
	7.459.762	5.962.128
12.2 Outras contas a pagar		
Fornecedores - cessão de direito (1)	1.021.713	3.832.960
	1.021.713	3.832.960
Total fornecedores e outras contas a pagar	8.481.475	9.795.088
Circulante	7.657.181	9.025.208
Não circulante	824.294	769.880

- (1) Para alguns investimentos, de mais longo prazo, a controlada Claro negociou com determinados fornecedores prazos mais extensos de pagamento. Nestes casos, a controlada Claro anuiu a cessão de créditos por parte de alguns dos principais fornecedores, permitindo a antecipação do contas a receber destes fornecedores. Considerando que a cessão de créditos a instituições financeiras é uma opção e deliberação exclusiva dos fornecedores e a controlada Claro não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há despesa ou receita financeira para a controlada.

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado					
	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures (a)	2.664.978	3.500.000	6.164.978	1.569.486	3.615.000	5.184.486
Notas promissórias (b)	374.162	2.154.615	2.528.777	-	2.455.078	2.455.078
Total da dívida	3.039.140	5.654.615	8.693.755	1.569.486	6.070.078	7.639.564

Notas Explicativas

Segue abaixo as movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2019
Debêntures (a)	5.181.409	1.000.000	(1.000.000)	(290.182)	293.259	5.184.486
Notas promissórias (b)	1.451.676	2.360.000	(1.360.000)	(159.087)	162.489	2.455.078
Finame (c)	4.128	-	(4.119)	(93)	84	-
Finep (d)	1.200	-	(1.198)	(83)	81	-
	6.638.413	3.360.000	(2.365.317)	(449.445)	455.913	7.639.564

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2019	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2020
Debêntures (a)	5.184.486	2.500.000	(1.500.000)	(241.843)	222.335	6.164.978
Notas promissórias (b)	2.455.078	-	-	-	73.699	2.528.777
	7.639.564	2.500.000	(1.500.000)	(241.843)	296.034	8.693.755

a) Debêntures

No vencimento, 16 de outubro de 2020, a controlada Claro liquidou 1.500.000 debêntures relativas à quinta emissão da Companhia, no valor de R\$1.500.000 de principal e R\$7.622 de juros, remuneradas a 102,9% do CDI, emitidas em 25 de outubro de 2017.

Em 30 de janeiro de 2020, a controlada Claro realizou a 10ª emissão de 2.500.000 debêntures quirografárias (décima emissão), não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000,00 (hum mil reais), totalizando R\$2.500.000 de principal, remuneradas a CDI + 0,96%, juros a serem pagos semestralmente a partir de julho de 2020, e prazo de 2 anos, com vencimento final em 30 de janeiro de 2022. As debêntures emitidas não têm garantia.

Em 02 de setembro de 2019, a controlada Claro realizou a 9ª emissão de 100.000 debêntures quirografárias (nona emissão), não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$1.000.000 de principal, remuneradas a 106,5% do CDI, juros a serem pagos semestralmente a partir de março de 2020, e prazo de 3 anos, com vencimento final em setembro de 2022. As debêntures emitidas não têm garantia.

No vencimento, em 23 de maio de 2019, a controlada Claro liquidou 100.000 debêntures relativas à sétima emissão da companhia, no valor de R\$1.000.000 de principal e R\$13.907 de juros, remuneradas a 103,9% de CDI, emitidas em 02 de junho de 2017.

Em 28 de março de 2018, a controlada Claro realizou a 6ª emissão de 110.000 debêntures quirografárias (sexta emissão), não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$1.100.000 de principal, remuneradas a 104% do CDI, juros a serem pagos trimestralmente a partir de 28 de junho de 2018, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 28 de março de 2021. As debêntures emitidas não têm garantia.

Notas Explicativas

b) Notas promissórias

Em 22 de novembro de 2019, a controlada Claro emitiu 360 notas promissórias (sexta emissão), com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) totalizando R\$360.000 com vencimento em 22 de novembro de 2021, taxa de juros remuneratórios de CDI + 0,60%, a serem pagos ao final junto com o principal. As notas promissórias emitidas não têm garantia.

No vencimento, em 22 de novembro de 2019, a controlada Claro liquidou 360 notas promissórias (quarta emissão), totalizando R\$360.000 de principal e R\$22.580 de juros, remuneradas a 103,25% de CDI, emitidas em 27 de novembro de 2018.

No vencimento, em 02 de setembro de 2019, a controlada Claro liquidou 100 notas promissórias (segunda emissão), totalizando R\$1.000.000 de principal e R\$136.507 de juros, remuneradas a 102,4% de CDI, emitidas em 12 de setembro de 2017.

Em 29 de março de 2019, a controlada Claro emitiu 400 notas promissórias (quinta emissão), com valor nominal unitário de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) totalizando R\$2.000.000 com vencimento em 29 de março de 2022, com taxa de juros remuneratórios de 106% do CDI, a serem pagos ao final junto com o principal. As notas promissórias emitidas não têm garantia.

c) Finame

Refere-se ao financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") visando à expansão e modernização da rede de serviços.

Em outubro de 2019, a Companhia liquidou todos os contratos de Finame da Companhia.

d) Compromissos financeiros e não financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas estão em cumprimento com as cláusulas de compromissos não financeiros apresentadas em seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Não há compromissos financeiros, além do pagamento de juros devidos nos respectivos vencimentos conforme estipulados nos contratos firmados.

14. Obrigações fiscais e tributos diferidos, líquidos

	Consolidado	
	2020	2019
Obrigações fiscais, líquidas		
FUST, FUNTTEL e Fistel (1)	688.731	186.040
ICMS	708	1.715
PIS e COFINS	71.780	6.540
IRRF	1.950	-
IRPJ e CSLL	7.456	2.165
ISS	29.644	27.285
CIDE	12.795	14.958
Refis	2.424	2.879
Outros	7.077	5.850
Total	822.565	247.432
 Circulante	 677.388	 102.255
Não circulante	145.177	145.177

(1) A controlada Claro teve a exigibilidade do pagamento da Taxa de Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) suspensa por liminar no montante de R\$478.984.

Notas Explicativas**15. Provisões**

Natureza	Consolidado	
	2020	2019
Contingências		
Tributárias	4.590.536	4.408.455
Regulatórias, cíveis e ambientais	1.871.713	1.716.938
Trabalhistas e previdenciárias	890.787	924.350
	7.353.036	7.049.743
Provisão para desmantelamento de ativos	809.276	711.468
Participação de empregados no resultado	411.502	422.896
Provisão para perdas com investimentos	-	48
Total de provisões	8.573.814	8.184.155
Circulante	475.353	496.800
Não circulante	8.098.461	7.687.355

15.1 Contingências

A movimentação dos saldos de contingências prováveis no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Tributárias	Regulatórias, cíveis e ambientais	Trabalhistas e previdenciárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.269.666	1.660.251	854.720	6.784.637
Adições (reversões), líquidas	44.917	240.089	212.259	497.265
Baixas por pagamentos	(18.757)	(268.384)	(181.363)	(468.504)
Atualização monetária	112.629	84.982	38.734	236.345
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.408.455	1.716.938	924.350	7.049.743
Adições (reversões), líquidas	89.493	203.062	237.493	530.048
Baixas por pagamentos	(4.413)	(198.232)	(302.195)	(504.840)
Atualização monetária	97.001	149.945	31.139	278.085
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.590.536	1.871.713	890.787	7.353.036

Depósitos e bloqueios judiciais:

	Consolidado	
	2020	2019
Depósitos judiciais	3.268.052	3.446.503
Bloqueios judiciais	17.776	17.089
Total	3.285.828	3.463.592

Notas Explicativas

15.1.1 Contingências tributárias

Incluem diversas demandas tributárias, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

a) ICMS

As controladas Claro e Americel possuem contingências fiscais de ICMS em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$10.822.464 (R\$11.284.124 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$808.050 são classificados como perda provável (R\$752.131 em 31 de dezembro de 2019) e R\$10.014.414 classificadas como possível pela Administração e seus consultores jurídicos (R\$10.531.993 em 31 de dezembro de 2019). Dentre as contingências de ICMS, destacamos:

A controlada Claro possui autuações fiscais para exigência de ICMS principalmente sobre a cessão de capacidade satelital. Em 31 de dezembro de 2020, essas causas montam a R\$3.880.324 (R\$3.804.127 em 31 de dezembro de 2019), as quais foram avaliadas como possíveis de perda pela Administração e seus consultores jurídicos.

As controladas Claro e Americel possuem também autuações fiscais de ICMS, em razão da declaração de inconstitucionalidade de determinados benefícios concedidos pelos Estados em desacordo com a Lei Complementar nº 24/75. O valor dessas contingências é de R\$496.468 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.204.705 em 31 de dezembro de 2019) e a probabilidade de perda dessas causas é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

A controlada Claro possui contingências fiscais, oriundas da incorporada NET, referente a exigência de ICMS, pelos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, em razão da não tributação das receitas decorrentes da locação de equipamentos, no valor de R\$482.825 em 31 de dezembro de 2020 (R\$494.335 em dezembro de 2019), do qual foi provisionado o valor de R\$318.883, relativo ao auto de infração lavrado pelo estado do Rio de Janeiro (R\$315.237 em 31 de dezembro de 2019). O valor remanescente é avaliado pela Administração e seus consultores jurídicos como possível de perda.

As controladas Claro e Americel possuem ainda autuações fiscais decorrentes de crédito indevido de ICMS incidente sobre a energia elétrica utilizada como insumo em seus estabelecimentos operacionais, no valor de R\$269.129 em 31 de dezembro de 2020 (R\$222.673 em 31 de dezembro de 2019), do qual R\$2.526 foi classificado como provável de perda por seus consultores jurídicos.

b) CSLL/IRPJ

As controladas Claro e Americel possuem contingências fiscais de IRPJ e CSLL, em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$4.866.736 (R\$3.515.757 em 31 de dezembro de 2019), do qual R\$864.681 foi classificado como perda provável (R\$871.366 em 31 de dezembro de 2019) e R\$4.002.055 classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis (R\$2.644.391 em 31 de dezembro de 2019). Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos:

- I. Contingência da controlada Claro oriunda da incorporada Embratel, relativa ao IRPJ e CSLL sobre as receitas decorrentes do tráfego entrante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores jurídicos como provável, tendo sido constituída provisão pelo valor integral.

Notas Explicativas

II. Contingências da controlada Claro referentes a exigência de IRPJ e CSLL resultantes da amortização supostamente indevida do ágio pago em aquisições de investimentos, no montante de R\$2.484.816 em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.415.891 em 31 de dezembro de 2019). Em julgamento realizado no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$115.781 em 31 de dezembro de 2020 (R\$113.936 em 31 de dezembro de 2019), sendo o valor restante, no montante de R\$2.369.035 em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.301.955 em 31 de dezembro de 2019), classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos.

III. Contingências fiscais referentes a glosas de compensação de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado, em razão de suposta decadência dos créditos utilizados no valor de R\$ 773.868 e multa isolada no valor de R\$ 575.133, ambas classificadas como perda possível.

c) IRRF/CIDE

As controladas Claro, Americel e TdB possuem autuações fiscais de IRRF e CIDE no valor de R\$862.284 em 31 de dezembro de 2020 (R\$560.701 em 31 de dezembro de 2019), decorrentes, dentre outros, do suposto recolhimento a menor destes tributos sobre remessas efetuadas a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo completamento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). Deste montante, R\$28.363 em 31 de dezembro de 2020 (R\$21.179 em 31 de dezembro de 2019), são classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como perdas prováveis e R\$833.921 em 31 de dezembro de 2020 (R\$539.522 em 31 de dezembro de 2019) são classificados como perdas possíveis.

d) PIS/COFINS

As controladas Claro, Americel, TdB e BrasilCenter possuem autuações de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$3.899.570 (R\$3.862.748 em 31 de dezembro de 2019), do qual R\$1.295.798 foi classificado como perda provável (R\$1.241.320 em 31 de dezembro de 2019) e R\$2.603.772 foi classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis (R\$2.621.428 em 31 de dezembro de 2019). Dentre as contingências de PIS e COFINS, destacamos:

A controlada Claro possui contingências de PIS e COFINS relacionadas à exclusão de receitas de interconexão da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R\$1.134.279 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.091.692 em 31 de dezembro de 2019), tendo sido constituída provisão no valor integral da contingência.

As controladas Claro e Americel possuem ainda contingências fiscais relacionadas a glosas de créditos de PIS e COFINS apurados no regime não cumulativo, no valor de R\$1.695.588 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.663.157 em 31 de dezembro de 2019). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa.

Notas Explicativas

e) FUST/FUNTTEL

As controladas Claro, Americel e TdB possuem autuações da ANATEL relativas à exigência de FUST no valor de R\$2.961.265 atualizados em 31 de dezembro de 2020 (R\$3.445.521 em 31 de dezembro de 2019), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUST. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como probabilidade de perda provável o montante de R\$372.198 atualizados em 31 de dezembro de 2020 (R\$344.542 em 31 de dezembro de 2019) e o restante como possível.

As controladas Claro, Americel e TdB possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTTEL no valor de R\$1.128.934 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.048.073 em 31 de dezembro de 2019), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUNTTEL. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como probabilidade de perda provável o montante de R\$171 atualizados em 31 de dezembro de 2020 (R\$296 em 31 de dezembro de 2019) e o restante como possível.

f) Saldo negativo de IRPJ e Base Negativa de CSLL/ILL

As controladas Claro, TdB e BrasilCenter possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de diversos tributos federais com créditos de Saldo Negativo de IRPJ, Base Negativa de CSLL e ILL, no valor de R\$649.881 em 31 de dezembro de 2020, dos quais R\$205.152 são classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como prováveis (R\$187.910 em 31 de dezembro de 2019) e R\$444.729 como possíveis de perda em 31 de dezembro de 2020 (R\$414.823 em 31 de dezembro de 2019).

g) ISS

As controladas Claro, Americel e BrasilCenter possuem contingências de ISS, substancialmente decorrentes do não recolhimento do ISS sobre diversos serviços de telecomunicações, inclusive serviços de TV por assinatura, considerados pela fiscalização como tributáveis pelo ISS. Em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$11.614 (R\$2.567 em 31 de dezembro de 2019) foi provisionado e R\$427.446 (R\$415.175 em 31 de dezembro de 2019) são classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis de perda.

h) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC

As controladas Claro e Americel possuem contingência relacionada à exigência da contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública no valor de R\$1.002.515 em 31 de dezembro de 2020 (R\$983.700 em 31 de dezembro de 2019), do qual foi provisionado o valor de R\$996.856 (R\$978.468 em 31 de dezembro de 2019).

i) Taxa de Fiscalização e Instalação ("TFI")

As controladas Claro e Americel possuem contingência referente ao não recolhimento da TFI supostamente devida em razão das renovações das licenças de direito de uso de radiofrequências no valor de R\$3.366.090 em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.711.151 em 31 de dezembro de 2019). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda.

Notas Explicativas

j) Outras contingências tributárias

As controladas Claro, Americel e TdB possuem outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo ITR, IPI, II, Contribuições para o Senai e para o FGTS, multas na importação de mercadorias e outros, no valor de R\$99.355 no consolidado em 31 de dezembro de 2020 (R\$91.244 em 31 de dezembro de 2019). Foi constituída provisão no valor de R\$7.187 no consolidado em 31 de dezembro de 2020 (R\$8.037 em 31 de dezembro de 2019).

15.1.2 Contingências regulatórias, cíveis, ambientais, trabalhistas e previdenciárias

Incluem diversas demandas cíveis, ambientais e trabalhistas, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

Em relação às demandas regulatórias, no consolidado, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$3.098.418, sendo R\$1.020.942 considerado como perda provável e R\$2.077.476 como possível (R\$1.008.946 considerado como perda provável e R\$1.854.414 como possível em 31 de dezembro de 2019).

Para as demandas cíveis, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$3.147.799, sendo R\$775.923 considerado como perda provável e R\$2.371.876 como possível (R\$625.273 considerado como provável e R\$1.871.458 como possível, em 31 de dezembro de 2019).

Para as demandas de consumidor, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$530.145, sendo R\$63.850 considerado como perda provável e R\$466.295 como possível (R\$73.904 considerado como perda provável e R\$704.594 como possível, em 31 de dezembro de 2019).

Para as demandas ambientais o valor envolvido em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$247.853, sendo R\$10.998 considerado como perda provável e R\$236.855 como possível (R\$8.815 considerado como perda provável e R\$214.729 como possível, em 31 de dezembro de 2019).

Para as demandas trabalhistas, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$2.324.829, sendo R\$890.787 considerado como provável e R\$1.434.042 como possível (R\$924.350 considerado como perda provável e R\$2.311.558 como possível, em 31 de dezembro de 2019).

Em agosto de 2015, decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), o que acarretaria, conforme avaliação de especialistas, um aumento expressivo aproximado dos valores contingenciados. No entanto, em decisão datada em 14 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), motivo pelo qual as correções monetárias continuam sendo realizadas com base na Taxa Referencial Diária (TRD).

As controladas Claro, Americel e BrasilCenter possuem contingências referentes à exigência de contribuições previdenciárias, no período de 1996 a 2013, no valor atualizado de R\$180.998 em 31 de dezembro de 2020 (R\$172.824 em 31 de dezembro de 2019), das quais R\$466 (R\$456 em 31 de dezembro de 2019) foram classificadas como perda provável e R\$180.532 (R\$172.368 em 31 de dezembro de 2019) foram classificadas como perda possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

Notas Explicativas

15.1.2.1 Regulatórias

a) ANATEL - Encargos financeiros sobre o preço de outorgas

a.1) Correção monetária

Referem-se aos valores atualizados correspondentes à divergência entre os resultados obtidos pela ANATEL e pela Companhia na aplicação de correção monetária sobre os pagamentos das parcelas de algumas outorgas adquiridas, os quais estão sendo discutidos judicialmente. A Companhia calculou o montante da diferença com base em um método e indicadores específicos. Se forem utilizados outros métodos ou indicadores, o valor da indenização pode aumentar. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constituiu provisão de R\$689.304 (R\$684.167 em 31 de dezembro de 2019) com risco provável.

a.2) MMDS

Em 16 de outubro de 2012, a controlada Claro venceu a licitação pública 004/2012/PVC/SPV da ANATEL, adquirindo algumas subfaixas do espectro de rádio MMDS. O edital estabelecia a obrigação dos adquirentes de buscar acordos com as empresas de MMDS para os custos de substituição ou remanejamento para desocupação das subfaixas, nos termos do art. 12, da Resolução nº 544, de 11 de agosto de 2010.

Devido à impossibilidade de acordo com as empresas de MMDS, a controlada Claro e outras empresas buscaram a ANATEL para mediar este conflito. A ANATEL fixou o montante de R\$104.674, para pagamento até dia 21 de julho de 2013. Em caso de atraso no pagamento, seriam acrescidos valores decorrentes da incidência de juros de 1% ao mês, sem prejuízo das sanções aplicáveis em decorrência da correção monetária pelo IGP-DI.

Em julho de 2013 a controlada Claro entrou com ação judicial em desfavor da ANATEL e empresas de MMDS, por entender ilegal o ato da ANATEL, a fim de obter uma decisão judicial com a definição dos custos de substituição e remanejamento. Foi concedida a liminar para suspender a exigibilidade do ato da ANATEL em questão, que posteriormente foi revertida pelo Tribunal, que considerou o ato da ANATEL legal. Por esta razão em 06 de janeiro de 2014 a controlada Claro efetuou o depósito judicial de R\$107.957, a fim de prosseguir com as discussões. A controlada Claro apelou de tal decisão, que está pendente de julgamento. Durante o ano de 2016, a controlada Claro e algumas empresas parte Ré realizaram acordo pondo fim às disputas objeto da ação judicial em comento. Referidos acordos não implicam em reconhecimento de tese de uma parte à outra, estando os respectivos termos já homologados judicialmente. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, como perda possível.

b) Pagamento do ônus pela prorrogação do contrato de concessão do STFC

Os Contratos de Concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos termos dos contratos, durante o período de prorrogação.

Notas Explicativas

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2020, R\$30.884 como perda provável (R\$29.564 em 31 de dezembro de 2019) e R\$143.121 como perda possível (R\$139.094 em 31 de dezembro de 2019).

c) Pagamento do ônus pela prorrogação do direito de uso de radiofrequências associadas à autorização do SMP

Os termos de autorização para uso das radiofrequências associadas ao serviço móvel pessoal (SMP) preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos respectivos termos de autorização, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais e administrativas tendo a Administração e seus consultores jurídicos, avaliado, em 31 de dezembro de 2020, R\$248.361 (R\$227.681 em 31 de dezembro de 2019) como perda provável.

d) Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO's)

Em decorrência de alegado descumprimento de metas estabelecidas pela ANATEL, a agência instaurou processos administrativos, resultando em multas que estão sendo questionadas administrativa e judicialmente, tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$300.754 como perda provável e R\$1.934.354 como perda possível (R\$295.215 como perda provável e R\$1.718.911 como perda possível em 31 de dezembro de 2019).

15.1.2.2 Cíveis

a) Decreto (SAC)

Em 27 de julho de 2009, foi movida uma ação civil coletiva ajuizada pelo Ministério Público Federal e outros, em face da controlada Claro, pleiteando indenização por danos morais coletivos, por alegado descumprimento de normas de proteção ao consumidor (art. 82, I e III da Lei 8.078/90), no que diz respeito às regras que disciplinam o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) por telefone, regulamentado pelo Decreto 6.523/08. O valor envolvido é de R\$301.350 como perda possível. Em setembro de 2013, a controlada Claro foi condenada ao pagamento de R\$30.000, a título de danos morais coletivos. A controlada Claro, junto de seus assessores jurídicos, apresentou recurso em 16 de outubro de 2013, pendente de julgamento. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, como perda possível.

b) Disputa com terceiros

A Companhia possui contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$775.923 como provável (R\$625.273 em 31 de dezembro de 2019) e R\$2.053.376 (R\$1.570.108 em 31 de dezembro de 2019), como perda possível.

Notas Explicativas

15.2 Provisão para desmantelamento de ativos

As controladas Claro e Americel mantém registradas provisões para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante registrado no consolidado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação correspondente foi de R\$207.391 (R\$237.719 em 31 de dezembro de 2019). E o montante de R\$809.276 no consolidado a crédito no passivo, na rubrica de outros passivos não circulante (R\$711.468 em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia.

A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	711.468	740.702
Atualização monetária	102.733	(22.425)
Adições (baixas), líquidas	(4.925)	(6.809)
Total	809.276	711.468

16. Transações com partes relacionadas

16.1. Condições gerais

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo.

Certas transações (*cobilling*, longa distância, venda de equipamentos, *fees* referentes aos serviços prestados de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas conforme contrato de prestação de serviços, taxa cobrada pelo uso da marca “Claro” e outros), por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Conforme descrito na Nota 1, a controlada Claro, junto com as demais operadoras adquirentes da Radiofrequência na faixa de 700MHz (através do leilão realizado em dezembro de 2014), constituíram em 2 de março de 2015 a Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD).

Conforme descrito na Nota 17, as controladas Claro, Americel e TdB são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados junto a Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social (“Telos”).

Apresentamos a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

Natureza da transação	Consolidado					
	2020		2019		2020	2019
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)
AMX Argentina (a)	482.058	-	253.513	-	158.724	142.358
Comunicación Celular, S.A. ("Comcel") (b)	62.794	195	184.098	211	601.370	463.536
Amov Finance B.V. (c)	-	-	-	21.236.610	(785.172)	(2.581.179)
Claro Chile S.A. (1)	8.718	85	6.196	-	17.398	13.992
Puerto Rico Telephony Company, INC. ("Puerto Rico") (1)	-	-	-	-	(34.442)	(28.623)
Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. (2)	614.047	1.393.739	961.664	1.409.501	56.800	90.392
América Móvil Perú (3) (c)	2.560	890.042	-	-	(62.953)	-
Claro TV S.A. de C.V.	6.831	-	-	-	383	-
América Móvil S.A.B. S.A.C. (4) (c)	-	17.647.631	-	28.933	(1.449.200)	-
Telmex Colombia S.A.	-	-	-	-	-	44.567
Procisa do Brasil Projetos e Construções ("Procisa")	22	19.337	2.317	56.683	(170.060)	(124.911)
Claro Video, LLC ("DLA")	69	14.336	-	4.663	(196.060)	(165.610)
HITSS do Brasil Serviços ("HITSS")	1.548	135.070	1.745	73.945	(216.281)	(200.058)
Latam LLC	-	7.443	-	132.090	(35.343)	-
Cablens do Brasil Ltda.	33	20.193	45	4.271	(4.589)	(423)
Claro NXT Telecomunicações Ltda. ("NXT Par")	265.631	1.756	-	-	395.961	-
Outras partes relacionadas	46.035	576.015	35.102	464.366	104.123	114.792
	1.490.346	20.705.842	1.444.680	23.411.273	(1.619.341)	(2.231.167)
Circulante	1.490.346	1.686.421	1.444.680	2.178.451		
Não circulante	-	19.019.421	-	21.232.822		

(1) Inclui contrato de aquisição de Direito Irrevogável de Uso de Capacidade.

(2) Inclui alguns serviços de valor adicionado prestados.

(3) Inclui também passivo de serviços de interconexão.

(4) Inclui também passivo de patrocínios.

Notas Explicativas

- (a) Em 07 de março de 2008, a controlada Claro e a AMX Argentina, firmaram o contrato de licença para uso pela AMX Argentina de diversas marcas de propriedade da Claro, para uso da AMX Argentina no território argentino. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita bruta auferida pela AMX Argentina durante os trimestres. O prazo deste contrato foi de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos.
- (b) Refere-se a serviços de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas, prestados pela controlada Claro, conforme contratos de prestação de serviços e assistência técnica, com base em percentual calculado sobre as receitas operacionais das empresas assessoradas. Possuem vencimentos de 30 a 60 dias e não há incidência de encargos financeiros, incorrendo apenas atualização pela variação do dólar norte-americano. O prazo desses contratos é de um ano, renovável a cada término de vigência.
- (c) As informações a seguir, referem-se a mútuo passivo. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

Empresa	Ref.	Parte Relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	Consolidado					
					31/12/2018	Captações	Pagamentos (2)	Juros pagos (2)	Provisão de juros	31/12/2019
Claro	c.1)	Amov Finance B.V.	6,75%	17 de julho de 2019	-	148.500	(148.500)	(5.073)	5.073	-
Claro	c.1)	Amov Finance B.V.	6,80%	16 de agosto de 2019	-	132.000	(132.000)	(4.813)	4.813	-
Claro	c.1)	Amov Finance B.V.	6,85%	17 de setembro de 2019	-	225.000	(225.000)	(8.809)	8.809	-
Claro	c.2)	Amov Finance B.V.	10,50%	26 de fevereiro de 2021	328.523	-	(328.140)	(15.415)	15.032	-
Claro	c.3)	Amov Finance B.V.	10,50%	28 de dezembro de 2020	432.184	-	(431.680)	(21.305)	20.801	-
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	7,85%	15 de janeiro de 2021	-	275.689	(275.689)	(13.719)	13.719	-
TdB	c.4)	Amov Finance B.V.	10,80%	28 de dezembro de 2020	274.620	-	(274.291)	(1.646)	1.317	-
Claro	c.5)	Amov Finance B.V.	10,50%	14 de março de 2024	1.575.969	-	(1.427.602)	(149.587)	133.708	132.488
Claro	c.5)	Amov Finance B.V.	11,50%	15 de março de 2027	20.753.102	-	(62.326)	(2.364.199)	2.363.395	20.689.972
Claro	c.6)	Amov Finance B.V.	6,55%	20 de dezembro de 2019	-	158.300	(158.300)	(5.242)	5.242	-
Claro	c.7)	Amov Finance B.V.	7,85%	15 de janeiro de 2021	-	404.880	-	-	9.270	414.150
					23.364.398	1.344.369	(3.463.528)	(2.589.808)	2.581.179	21.236.610

Empresa	Ref.	Parte Relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	Consolidado					
					31/12/2019	Pagamentos (2)	Juros pagos (2)	Provisão de juros	Transferência (3)	31/12/2020
Claro	c.5)	Amov Finance B.V.	10,50%	14 de março de 2024	132.488	(128.398)	(4.558)	468	-	-
Claro	c.5)	Amov Finance B.V.	11,50%	15 de março de 2027	20.689.972	(127.724)	(1.212.843)	774.110	(20.123.515)	-
Claro	c.7)	Amov Finance B.V.	7,85%	15 de janeiro de 2021	414.150	-	(19.864)	10.594	(404.880)	-
Claro	c.8)	América Móvil Perú S.A.C.	11,50%	15 de março de 2027	-	-	(38.786)	67.669	861.118	890.001
Claro	c.8)	América Móvil S.A.B. S.A.C.	11,50%	15 de março de 2027	-	(1.664.367)	(1.431.211)	1.442.454	19.262.397	17.609.273
Claro	c.8)	América Móvil S.A.B. S.A.C.	7,85%	15 de janeiro de 2021	-	(404.880)	(6.746)	6.746	404.880	-
					21.236.610	(2.325.369)	(2.714.008)	2.302.041	-	18.499.274

(1) Todos os contratos listados acima são sem garantias.

(2) Em 2020 e 2019, a controlada Claro liquidou juros e antecipou a liquidação parcial de alguns contratos de empréstimos.

(3) Em 30 de abril de 2020, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida, com a troca de credores dos empréstimos.

- c.1) Em 17 de janeiro de 2019, a controlada Claro contratou empréstimos no valor total de R\$505.500. Estes empréstimos foram utilizados para compor o reperfilamento de passivos da Companhia. No decorrer de 2019, a Companhia efetuou o pagamento total destes contratos.

Notas Explicativas

- c.2) Em 29 de março e 28 de fevereiro de 2018, a controlada Claro contratou empréstimos no valor de R\$166.000 e R\$166.140 respectivamente. Estes empréstimos foram utilizados integralmente para compor o reperfilamento de passivos da Companhia. No decorrer de 2019, a Companhia antecipou o pagamento do principal de R\$328.140.
- c.3) O contrato da controlada Claro, cujo vencimento ocorreria dia 29 de dezembro de 2017, foi refinanciado com a Amov Finance B.V., com vencimento para 28 de dezembro de 2020 e taxa de juros fixa de 10,50% a.a. No decorrer de 2019, a Companhia antecipou o pagamento do principal de R\$431.680.
- c.4) Em 17 de janeiro de 2019, através de um contrato de assunção de dívida, do saldo do contrato da TdB no valor de R\$274.290, a controlada Claro assumiu a dívida que a TdB tinha com a Amov Finance B.V., pelo valor total de R\$275.689, obtendo redução da taxa de juros e alterando o seu vencimento.

Em agosto de 2019 a controlada Claro pré pagou R\$166.467 de principal e em 18 de setembro de 2019, o valor principal de R\$109.222 e juros de R\$2.413 foram incorporados a um novo contrato mantendo as mesmas condições do contrato original.

- c.5) Em março de 2017, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida, com a quitação integral de 14 contratos de dívida junto a Amov Finance B.V. no valor de principal R\$26.392.046 e de juros R\$1.176.813, e a contratação de quatro novos contratos de dívida junto a Amov Finance B.V. no valor de R\$27.310.661 com prazo de sete e dez anos, conforme abaixo:

Devedor	Valor (R\$)	Taxa	Vencimento
Claro S.A.	10.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027
Claro S.A.	9.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027
Claro S.A.	5.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027
Claro S.A.	3.310.661	10,50% a.a.	14 de março de 2024

De janeiro a abril de 2020, a controlada Claro antecipou o pagamento parcial destes contratos no valor de R\$256.122.

- c.6) Em 18 de junho de 2019, a controlada Claro contratou empréstimo no valor total de R\$158.300. Este empréstimo foi utilizado para compor o reperfilamento de passivos da Companhia.
- c.7) No dia 18 de setembro de 2019, a controlada Claro firmou com a Amov Finance B.V. um contrato de empréstimo com o refinanciamento de juros no valor de R\$404.880. Este valor refere-se à parcela de juros vencidos nesta mesma data no valor de R\$293.245 referente aos contratos descritos no c.5), e ao saldo de principal e juros totalizando R\$111.635 referente ao contrato descrito no c.4).
- c.8) Em 30 de abril de 2020, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida alterando o credor de Amov Finance B.V., para América Móvil S.A. de C. V. – México e América Móvil Perú S.A.C. – Peru. Permaneceram inalteradas as demais condições contratuais, conforme legenda c.5).

De maio a dezembro de 2020, a controlada Claro antecipou o pagamento parcial destes contratos no valor de R\$2.069.247.

Notas Explicativas

Debêntures

Em 27 de julho de 2018, a controlada Claro realizou a 8ª emissão de 151.500 debêntures quirografárias (oitava emissão) privada, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$1.515.000 de principal, remuneradas a 105% do CDI, juros a serem pagos semestralmente a partir de janeiro de 2019, e prazo de 3 anos, com vencimento final em julho de 2021. Nesta mesma data, a Companhia adquiriu a totalidade destas debêntures.

De janeiro a julho de 2020, a controlada Claro efetuou o pagamento dos juros no valor de R\$66.941 e juros devidos totalizavam R\$30.696.

Em 27 de julho de 2020, a Companhia subscreveu a totalidade destas debêntures para a controlada Americel, conforme Nota 9.

16.2. Remuneração dos administradores

	Consolidado	
	2020	2019
Salário	13.121	13.097
Benefícios diretos e indiretos	818	834
Participação nos resultados	12.233	11.887
Outros	924	876
Total	27.096	26.694

17. Planos de benefício pós-emprego

Demonstrativo de movimentação no consolidado:

a) Ativo atuarial:

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	341.104	393.675
Outros resultados abrangentes	43.216	2.223
Avaliação plano benefício definido	18.990	35.825
Recebimentos efetuados	(145.727)	(90.619)
Saldo final	257.583	341.104
Circulante	135.928	135.928
Não circulante	121.655	205.176

Notas Explicativas**b) Passivo atuarial:**

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	2.373.812	1.509.227
Outros resultados abrangentes	89.449	813.862
Atualizações atuariais	3.370	2.015
Custo dos serviços e juros, líquidos	185.688	138.492
Pagamentos efetuados	(73.627)	(89.784)
Saldo final	2.578.692	2.373.812
Circulante	11.833	14.563
Não circulante	2.566.859	2.359.249

As controladas Claro, TdB e Americel são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, quais sejam: (i) Plano de Benefício Definido ("PBD") e Plano de Assistência Médica ("AMAP") para os aposentados participantes do PBD: incorporada Embratel; (ii) Plano de Contribuição Variável ("PCV"): controladas Claro, TdB e Americel; (iii) Plano de saúde: controladas Claro e Americel; e (iv) Plano Gerador de Benefício Livre ("PGBL"): controladas Claro e Americel.

As controladas Claro e Americel oferecem plano de saúde a seus empregados, que representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função da Lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram como benefícios pós-emprego.

À exceção dos planos de saúde oferecidos aos atuais empregados, os demais planos de benefícios previdenciários e de assistência médica, mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.

Por conta das obrigações com o AMAP e plano de saúde, a Companhia possui obrigações, no passivo não circulante consolidado, que somavam R\$2.566.859 em 31 de dezembro de 2020. O montante de contribuições projetadas para o AMAP no exercício de 2021 é de R\$20.167.

Em 30 de abril de 2014, foi aprovada pela Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social ("PREVIC"), a alteração do regulamento do PBD, e publicada no Diário Oficial no dia 02 de maio de 2014. A alteração regulamentar, aprovada também pelo Conselho Deliberativo da Telos e com a anuência das patrocinadoras, consiste na exclusão de uma das fontes de custeio do mesmo, ou seja, a eliminação da contribuição mensal dos assistidos, tendo em vista a existência de Reserva Especial (montante decorrente do resultado superavitário, para revisão do plano de benefícios, de acordo com o art. 8º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008), bem como da elaboração de estudo atuarial que constatou a possibilidade de não mais haver a contribuição mensal dos assistidos sem que isso cause qualquer impacto ao plano.

Em 31 de dezembro de 2020, a posição consolidada de participantes do PBD era: 1 ativo, 3.148 aposentados e pensionistas.

As controladas Claro e Americel ofereciam aos seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL, por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos.

Notas Explicativas

A partir de 1º de maio de 2009, a ITAÚPREV passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford.

A partir de 1º de janeiro de 2015 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto à Telos, entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. O plano da ITAÚPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014.

O PCV foi instituído pela Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. A modalidade do plano é variável e a contribuição da patrocinadora para participantes inscritos antes de 31 de outubro de 2014 é de 1% à 8% e para inscritos após esta data é de 1% a 7% do salário aplicável do participante (mesmo percentual de contribuição do empregado sobre o salário base, livremente escolhido pelo participante), além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade.

Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a incorporada Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo PCV. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto a Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2020, monta à importância de R\$11.833 no circulante e R\$1.801 no não circulante.

Em 20 de dezembro de 2018, a controlada Claro firmou o primeiro termo aditivo ao termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, prorrogando o vencimento do saldo devedor por mais 10 anos, passando a vencer em dezembro de 2028.

Em 12 de agosto de 2014, foi aprovado pela PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social o novo regulamento do PCV, que entrou em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2014.

As regras então vigentes estarão resguardadas para todos os participantes inscritos no PCV até o dia 31 de outubro de 2014, bem como os patrocinadores manterão todas as obrigações previstas no respectivo Estatuto e Regulamento.

Em 31 de dezembro de 2020 a posição consolidada de participantes do PCV era: 6.681 ativos, 4.249 aposentados e pensionistas. O montante de contribuições projetadas para o exercício de 2021 é de R\$2.101.

O valor do principal é pago no mês em que o participante se aposenta, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do plano.

Os compromissos assumidos com benefícios pós-emprego são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, pelo atuário externo, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados.

Notas Explicativas

Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, consolidadas:

Ativo (passivo) de benefícios	2020			2019		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Valor presente das obrigações atuariais	(2.330.809)	(3.055.821)	(2.605.139)	(2.330.151)	(2.729.098)	(2.107.453)
Valor justo dos ativos	8.048	4.197.459	2.362.843	6.990	4.017.288	2.381.159
Superávit (déficit) do plano	(2.322.761)	1.141.638	(242.296)	(2.323.161)	1.288.190	273.706
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irre recuperável)	-	(884.055)	-	-	(947.086)	(274.457)
Plano de benefício ativo, líquido	-	-	242.296	-	-	751
Dívida contratada	-	-	(13.634)	-	-	(16.364)
Total do ativo (passivo) atuarial	(2.322.761)	257.583	(13.634)	(2.323.161)	341.104	(16.364)

Seguem as movimentações da obrigação referente aos planos:

	2020			2019		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Saldo inicial	(2.363.686)	(2.729.098)	(2.107.453)	(1.494.618)	(2.346.057)	(1.687.561)
Custo do serviço corrente	(22.387)	-	(734)	(6.331)	-	(624)
Custo dos juros	(162.150)	(181.761)	(142.815)	(132.682)	(204.549)	(146.974)
Ganho/perdas atuariais	(84.680)	(446.999)	(496.085)	(784.862)	(436.957)	(406.658)
Benefícios pagos para ativos do plano	302.094	302.037	141.948	88.342	258.465	134.364
Saldo final	(2.330.809)	(3.055.821)	(2.605.139)	(2.330.151)	(2.729.098)	(2.107.453)

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente aos planos:

	2020			2019		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Saldo inicial	6.990	4.017.288	2.381.159	5.472	3.741.272	2.093.484
Rendimentos sobre ativos do plano	(451)	267.331	162.143	521	331.514	184.026
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	9.785	360.603	(45.039)	997	293.586	234.179
Contribuições da patrocinadora	70.526	(145.726)	6.528	88.342	(90.619)	3.834
Benefícios pagos	(78.802)	(302.037)	(141.948)	(88.342)	(258.465)	(134.364)
Saldo final	8.048	4.197.459	2.362.843	6.990	4.017.288	2.381.159

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irre recuperável) para os seguintes planos:

	2020		2019	
	PBD	PCV	PBD	PCV
Saldo inicial	(947.086)	(274.457)	(1.001.540)	(407.846)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	(66.580)	(19.294)	(91.140)	(37.114)
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	129.611	293.751	145.594	170.503
Saldo final	(884.055)	-	(947.086)	(274.457)

Notas Explicativas

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações dos seguintes planos:

Ano	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
2021	94.508	337.829	187.236
2022	105.609	281.470	191.205
2023	117.017	252.447	195.000
2024	135.953	253.490	198.570
2025	147.445	253.811	201.857
2026 a 2030	895.201	1.243.468	1.044.053

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	2020			2019		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Custo do serviço corrente	(22.387)	-	(734)	(6.331)	-	(624)
Juros líquido passivo (ativo)	(162.601)	(18.990)	34	(132.161)	(35.825)	(64)
	(184.988)	(18.990)	(700)	(138.492)	(35.825)	(688)

Principais premissas atuariais utilizadas:

a) Fatores econômicos

(i) Taxa de desconto	7,39% a.a.
(ii) Taxa anual de inflação a longo prazo	3,25% a.a.
(iii) Crescimento dos custos médicos	4,80% a 9,96% a.a.
(iv) Crescimento dos custos médicos por faixa etária	4,00% a.a.
(v) Custo médico anual, aos 65 anos de idade	R\$16.157(1)

(1) Baseado na experiência do plano com participantes aposentados nos exercícios de 2016 a 2018.

b) Fatores biométricos

(i) Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (2)
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos	PBD, AMAP e plano de saúde: CSO 80 e PCV: CSO 58
(iii) Tábua de entrada em invalidez	UP 84 Modificada (2)
(iv) Rotatividade	Nula

(2) Tábuas específicas por sexo.

Análise de sensibilidade

As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:

Mortalidade	PCV: Mudança de tábua PBD e AMAP e plano de saúde: 1 ano de crescimento da expectativa de vida
Taxa de desconto	Crescimento/redução de 1%
Crescimento dos custos médicos	Crescimento/redução de 1%

Notas Explicativas

As análises de sensibilidade, apresentadas, baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as demais:

Plano de benefícios	2020		2019	
	Consolidado		Consolidado	
	Taxa de desconto		Taxa de desconto	
	1%	-1%	1%	-1%
PBD	2.834.230	(3.312.196)	2.530.469	(2.959.399)
AMAP e plano de saúde	2.067.718	(2.660.956)	2.041.036	(2.692.745)
PCV	2.376.425	(2.875.021)	1.921.610	(2.326.795)

A natureza dos investimentos dos planos está alocada como segue:

	2020		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Ações	-	0,01%	5,60%
Fundos de investimento	100,00%	94,82%	93,73%
Investimentos imobiliários	-	4,89%	0,00%
Outros	-	0,28%	0,67%
	100,00%	100,00%	100,00%

18. Passivo de arrendamento

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS 16/ CPC 06 (R2), o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos.

Seguindo a Deliberação CVM Nº 859 de 7 de julho de 2020, a qual aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, como expediente prático, a Companhia optou por não avaliar se um Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, que ocorreu como consequência direta da pandemia da Covid-19, é uma modificação do contrato de arrendamento. Dessa forma, a Companhia e suas controladas reconheceram qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato como se não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)	5.861.480
Adições, líquidas (1)	1.261.577
Encargos financeiros	503.151
Pagamentos	(1.499.848)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.126.360
Adições, líquidas (1)	374.257
Encargos financeiros	474.786
Pagamentos	(1.551.544)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.423.859
Circulante	1.490.911
Não circulante	3.932.948

(1) Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2020:

<u>Vencimentos das prestações</u>	<u>Valor</u>
2021	1.560.624
2022	1.378.538
2023	1.080.107
2024	792.884
2025	672.139
Posterior a 2025	1.481.060
Valores não descontados	6.965.352
Juros embutidos	(1.541.493)
Saldo do passivo de arrendamento	5.423.859

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$9.509.569, divididos em 203.583.506.268 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

1. Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal constituída no exercício foi até o limite de 20% do capital social realizado, de acordo com o limite legal societário. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

2. Ganhos e perdas em transações de capital

Em 05 de novembro de 2020, a Companhia registrou perda no montante de R\$71.245, sendo R\$71.243 devido a compra de ações da EG Participações S.A. pela controlada Americel e R\$2 pelo aumento de capital na controlada Claro.

c) Outros resultados abrangentes

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 houve o reconhecimento dos valores oriundos de ganhos e perdas atuariais e reflexo de variação cambial sobre o investimento líquido no exterior.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido apurado conforme a legislação societária, após apropriação à reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constituiu dividendo mínimo obrigatório de R\$14.645.

Notas Explicativas**e) Resultado por ação**

	2020	2019
Resultado do exercício atribuível aos acionistas da companhia:		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	1.612.548	536.361
Denominador (por lote de mil ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	203.583.506	203.583.506
Lucro líquido básico e diluído por ação, em reais:		
Ação ordinária	0,00792	0,00263

A Companhia não possui nenhuma ação ordinária potencial que pudesse diluir o cálculo do resultado por ação.

f) Destinação do lucro líquido ajustado

Resultado de exercícios anteriores	(70.207)
Lucro líquido do exercício	1.612.548
Efeito de outras movimentações de controladas	(743)
	1.541.598
Constituição da reserva legal	(77.080)
Lucro ajustado	1.464.518
Dividendos mínimos obrigatórios	(14.645)
Constituição da reserva de lucros	(1.449.873)
	-

20. Receita operacional, líquida

	Consolidado	
	2020	2019
Receita bruta de serviços	46.711.981	46.480.789
Receita bruta de aparelhos	1.924.618	1.652.119
Deduções de vendas:		
Tributos	(11.270.906)	(11.020.726)
Descontos	(1.115.491)	(1.883.650)
Devoluções	(42.328)	(18.317)
Receita operacional, líquida	36.207.874	35.210.215

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Notas Explicativas**21. Custos e despesas por natureza**

As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Consolidado	
	2020	2019
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(20.493.613)	(19.491.026)
Despesas comerciais	(6.969.586)	(7.232.624)
Despesas gerais e administrativas	(2.599.974)	(2.898.674)
Outras receitas operacionais, líquidas	659.815	555.724
	(29.403.358)	(29.066.600)
Serviços de terceiros	(6.947.833)	(6.745.898)
Depreciação e amortização	(8.167.656)	(7.902.650)
Mão de obra própria	(3.716.819)	(3.831.602)
Interconexão	(1.320.125)	(1.291.485)
Canais de conteúdo	(4.074.698)	(4.123.343)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(1.383.475)	(1.208.332)
Taxas e contribuições	(1.386.394)	(1.272.798)
Aluguéis	(94.872)	(82.771)
Publicidade	(679.672)	(767.431)
Provisão para perdas de crédito esperadas (1)	(919.270)	(1.177.045)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	(712.544)	(663.245)
	(29.403.358)	(29.066.600)

(1) Compreende, também, outras perdas relacionadas com contas a receber.

22. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Receitas com operações financeiras	31.265	95.795	498.432	806.209
Variações monetárias, líquidas	-	-	-	41.566
	31.265	95.795	498.432	847.775
Despesas financeiras				
Despesas com operações financeiras e juros	(45.444)	(97.780)	(4.021.621)	(4.377.165)
Variações cambiais, líquidas	(82.544)	(11.036)	(356.515)	(113.449)
Variações monetárias, líquidas	-	(2.707)	(99.579)	-
	(127.988)	(111.523)	(4.477.715)	(4.490.614)
	(96.723)	(15.728)	(3.979.283)	(3.642.839)

Notas Explicativas

23. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Corrente				
Imposto de renda	-	-	343.869	(273.074)
Contribuição social	-	-	105.902	(101.105)
	-	-	449.771	(374.179)
Diferidos				
Imposto de renda	-	531	27.642	(283.102)
Contribuição social	-	191	4.056	(103.585)
	-	722	31.698	(386.687)
	-	722	481.469	(760.866)

A Companhia e algumas controladas possuem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas no montante total de R\$264.010 em 31 de dezembro de 2020 (R\$264.116 em 31 de dezembro de 2019), que não foram reconhecidos pelo fato de não possuírem perspectivas de realização futura.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.612.548	535.639	2.994.394	2.263.481
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(548.266)	(182.117)	(1.018.094)	(769.583)
Ajustes para cálculo do crédito tributário:				
Equivalência patrimonial	581.705	187.615	57.515	(80.680)
Perdas com recebíveis	-	-	(19.949)	662
Prejuízos fiscais não constituídos contabilmente	(410)	(1.836)	106	(3.963)
Provisão para contingências (IRPJ/CSLL)	-	-	-	74.807
Lucro da exploração	-	-	48.779	26.382
Subvenção para investimento (1)	-	-	1.067.982	-
Variação cambial em regime de caixa	(28.065)	-	(28.065)	-
Outras exclusões (2)	(4.964)	(2.940)	373.195	(8.491)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	-	722	481.469	(760.866)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	449.771	(374.179)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	722	31.698	(386.687)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	722	481.469	(760.866)
Taxa efetiva	N/A	N/A	N/A	33,6%

(1) Em 2020, com as recentes Soluções de Consulta Cosit nºs 11 e 15, de março de 2020 que confirmam a natureza interpretativa da LC 160/2017 e a possibilidade de aplicação retroativa da norma, a controlada Claro passou a beneficiar-se dos incentivos de Subvenção ICMS sobre TV, previstos na Lei Complementar citada e no art. 30 da Lei 12.973/2014, portanto os valores correspondentes a este incentivo não são computados na determinação do lucro real, com impacto em 2020 no montante de R\$411.336. Com base nessa decisão, a controlada Claro retroagiu a aplicação do benefício para os anos de 2018 e 2019 cujo impacto total foi de R\$656.647.

(2) Em dezembro de 2020, a controlada Claro retroagiu a aplicação dos benefícios de subvenção para investimento e lucro da exploração dos períodos de 2018 e 2019, que impactou no saldo de prejuízo fiscal e base negativa de períodos anteriores no valor de R\$286.478.

Notas Explicativas**24. Instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos****a) Valores estimados de mercado**

Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária.

As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas.

Os saldos de mútuos com partes relacionadas aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes.

Da mesma forma, os saldos de instrumentos financeiros aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes, e em conformidade com os preços divulgados pelo Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para cada ativo.

O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período.

Para determinação do valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme abaixo, a Companhia utilizou taxa de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

Consolidado				
2020				
	Classificação	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalente de caixa	(1)	Nível 1	533.253	533.253
Contas a receber	(2)	Nível 2	4.832.497	4.832.497
Depósitos e bloqueios judiciais	(1)		3.285.828	3.285.828
			8.651.578	8.651.578
Passivo				
Fornecedores e outras contas a pagar	(2)	Nível 2	8.481.475	8.481.475
Passivo de arrendamento			5.423.859	5.423.859
Mútuos com partes relacionadas	(2)	Nível 2	18.499.274	25.309.256
Notas promissórias	(2)	Nível 2	2.528.777	2.536.498
Debêntures	(2)	Nível 2	6.164.978	6.168.541
			41.098.363	47.330.926

(1) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado;

(2) Custo amortizado.

Notas Explicativas

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem ser assim apresentados:

b) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissão de notas promissórias. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	533.253	197.722
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.693.755)	(7.639.564)
Endividamento líquido	8.160.502	7.441.842
Patrimônio líquido	20.665.599	17.324.340
	39,5%	43,0%

c) Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

Risco de queda do dólar

Cenário I	Dólar - 5%	R\$4,9369
Cenário II	Dólar - 25%	R\$3,8975
Cenário III	Dólar - 50%	R\$2,5984

Risco de alta do dólar

Cenário I	Dólar + 5%	R\$5,4565
Cenário II	Dólar + 25%	R\$6,4959
Cenário III	Dólar + 50%	R\$7,7951

Notas Explicativas

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2020	Ganho/(perda)		
		Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
Queda do US\$				
Fornecedores	136.635	6.832	34.159	68.318
Outros (Ativos-Passivos)	(33.443)	(1.672)	(8.361)	(16.722)
Total		5.160	25.798	51.596
Alta do US\$				
Fornecedores	136.635	(6.832)	(34.159)	(68.318)
Outros (Ativos-Passivos)	(33.443)	1.672	8.361	16.722
Total		(5.160)	(25.798)	(51.596)

d) Risco da taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes cenários:

Cenário	Cenário I	Cenário II
CDI em 31/12/2020	CDI + 20%	CDI – 20%
1,92%	2,28%	1,52%

Abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2020	Ganho/(perda)	
		Cenário I	Cenário II
Dívida indexada a CDI	8.693.755	(40.137)	42.745

A Companhia e suas controladas não têm pactuados contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

e) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares (“*dealers*”) e distribuidores de cartões pré-pago.

A ANATEL requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da ordem em que sejam recebidas as inscrições.

Notas Explicativas

O risco de crédito com relação às contas a receber dos serviços de telefonia móvel celular, TV por assinatura, *internet* banda larga e telefonia fixa é diversificado por conta da pulverização da base de assinantes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, visualizar o sinal de TV por assinatura e conectar à *internet*, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da ANATEL.

A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia e suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia e suas controladas mantêm limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico de risco e inadimplência.

A seletividade de seus clientes, diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais.

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas. A tabela abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida de longo prazo existente em 31 de dezembro de 2020:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>
2022	5.654.615

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

25. Compromissos

A Companhia e suas controladas têm compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com *capex*, direitos de passagem e serviços, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de dezembro de 2020, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos eram:

	<u>Consolidado</u>
2021	1.153.513
2022 a 2025	1.652.075
2026 a 2031	1.410.999
2032 a 2036	600.706
Total	<u>4.817.293</u>

Notas Explicativas

26. Seguros

A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a Companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R\$1.741.915, abrangendo todas as empresas do grupo. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

27. Outras garantias

A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações tributárias, cíveis e trabalhistas no montante de R\$13.349.216 em 31 de dezembro de 2020 (R\$14.051.298 em 31 de dezembro de 2019).

28. Eventos subsequentes

a) Aumento de capital social na Claro NXT Participações Ltda. ("NXT Par") pela controlada Claro.

Em 15 de janeiro de 2021, conforme 29ª alteração do contrato social da NXT Par, foi aprovado o ingresso da controlada Claro como nova sócia da NXT Par, mediante aumento de capital social da NXT Par no montante de R\$2.109.000, com a emissão de 2.109.000.000 novas quotas com valor nominal de R\$1,00, todas subscritas e integralizadas individualmente pela controlada Claro em moeda corrente nacional.

Em 28 de janeiro de 2021, conforme 30ª alteração do contrato social da NXT Par, foi aprovado um aumento de capital social na NXT Par no montante de R\$3.338.100, com a emissão de 3.338.099.918 novas quotas com valor nominal de R\$1,00 cada uma, onde (i) 859.968.067 quotas foram subscritas pela Companhia e integralizadas mediante a conferência da totalidade das ações detidas pela Companhia na Tvsat pelo montante de R\$859.968, (ii) 2.108.779.983 quotas foram subscritas pela controlada Claro e integralizadas mediante a conferência da totalidade das ações detidas pela controlada Claro na TdB pelo montante de R\$2.108.780, e (iii) 369.351.868 quotas foram subscritas pela Telmex Solutions Telecomunicações S.A. ("TST") e integralizadas mediante a conferência da totalidade das ações detidas pela TST na Tvsat pelo montante de R\$369.352.

Notas Explicativas

b) Incorporação da NXT Par.

Em AGE da controlada Claro e Reunião de Sócios da NXT Par, ambas realizadas em 05 de fevereiro de 2021, foi aprovada a incorporação da NXT Par pela controlada Claro. Esta incorporação está inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária. A incorporação não implicou em aumento de capital da controlada Claro nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social, tendo em vista que o valor do patrimônio líquido da NXT Par, conforme apurado no laudo de avaliação da operação, é negativo. Ainda, em consequência da incorporação, a NXT Par foi extinta de pleno direito e a controlada Claro a sucedeu em todos os direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. A eficácia desta incorporação ocorreu em 05 de fevereiro de 2021.

c) Cisão parcial da Claro NXT Telecomunicações Ltda. ("NXT Telco").

Em 05 de fevereiro de 2021, em AGE da controlada Claro e Reunião de Sócios da NXT Telco, foi aprovada a cisão parcial da NXT Telco e a incorporação da parcela cindida pela controlada Claro, incorporação a qual ocasionou (a) um aumento de capital da controlada Claro no montante de R\$1.385 com a emissão de 6.227 novas ações ordinárias, todas individualmente subscritas pela MCCA W International (Brazil) ("MCCA W") e integralizadas mediante a conferência da parcela do acervo cindido da NXT Telco incorporado pela controlada Claro de titularidade da MCCA W pelo montante de R\$1.385, e (b) uma redução de capital na NXT Telco no montante de R\$14.995, montante proporcional à totalidade da parcela cindida da NXT Telco e incorporada pela controlada Claro. Esta cisão e incorporação está inserida no contexto regulatório da transferência das atividades de Serviço Móvel Pessoal (SMP) da NXT Telco para sua consolidação na controlada Claro. A eficácia desta incorporação ocorreu em 05 de fevereiro de 2021.

d) Exclusão do ICMS das bases de cálculo de PIS e COFINS.

Em 03 de fevereiro de 2021, nos autos da ação judicial movida pela incorporada Net São Paulo S/A, foi publicada decisão pela qual o Poder Judiciário reconheceu o direito da controlada Claro, na qualidade de sua sucessora por incorporação, a compensar administrativamente valores de PIS e COFINS em razão da indevida inclusão do ICMS nas respectivas bases de cálculo. A Companhia encontra-se em fase de conclusão da validação do valor do referido crédito, para em seguida submeter a homologação das autoridades fiscais competentes.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Administradores e Acionistas da
Claro Telecom Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro Telecom Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Claro Telecom Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA")

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia e suas subsidiárias possuíam registrado na rubrica de tributos diferidos ativos no montante líquido de R\$7.600.750 mil em 31 de dezembro de 2020, referentes à imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, conforme detalhado na nota explicativa 7.2. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão do lucro tributável futuro e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia e suas controladas, desempenho externo do mercado e determinados indicadores financeiros, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do relatório do auditor do componente e obtenção e revisão dos respectivos papéis de trabalho com objetivo de evidenciar que os procedimentos descritos em nossa instrução de auditoria emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria foram realizados. Dentre os procedimentos realizados, destacamos os seguintes:

- Utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente; e
- Utilização de especialistas em avaliação para auxílio na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das vendas e custos, lucro tributável, alíquotas dos tributos, cálculos aritméticos, bem como comparação de certos dados, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelos órgãos competentes da Companhia.

Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras pela Companhia.

Imobilizado e intangível, incluindo ágio

A Companhia e suas subsidiárias, de acordo com as Notas Explicativas 10 e 11, possuíam registrado, nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R\$40.871.061 mil e R\$9.906.578 mil, respectivamente, dos quais R\$3.595.662 mil são referentes aos ágios provenientes de diversas aquisições de negócios. Para o ágio com saldo de R\$3.595.662 mil, a Companhia executa anualmente o teste de redução ao valor recuperável. Para o ativo imobilizado com saldo de R\$40.871.061 mil e intangível com saldo de R\$9.906.578 mil, ambos com vidas úteis definidas, a Companhia efetua o teste de redução ao valor recuperável quando há indicativos de que esses ativos não são realizáveis. O citado teste é efetuado com base em seu plano plurianual de negócios e projeções de fluxo de caixa futuro. As premissas utilizadas neste procedimento estão divulgadas nas Notas Explicativas 3.11 e 3.12 e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia, desempenho do mercado no qual atua e determinados

indicadores financeiros, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esses assuntos:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do relatório do auditor do componente e obtenção e revisão dos respectivos papéis de trabalho com objetivo de evidenciar que os procedimentos descritos em nossa instrução de auditoria emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria foram realizados. Dentre os procedimentos realizados, destacamos os seguintes:

- Teste dos controles internos relevantes da Companhia sobre o imobilizado e intangível, incluindo os controles internos sobre a redução ao valor recuperável e revisão das vidas úteis dos ativos;
- Envolvimento de profissionais especialistas em projeções financeiras para auxiliar com as análises sobre as projeções de fluxo de caixa futuro e com os testes de redução ao valor recuperável;
- Análise das projeções preparadas pela Administração para determinar o valor recuperável destes ativos, que incluiu, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas e ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico financeiro do ambiente nacional;
- Envolvimento de profissionais especialistas em avaliação de ativos na revisão de laudo elaborado por terceiros que suportaram a mudança de vidas úteis de certos grupos do ativo imobilizado, que incluiu, principalmente: i) análise dos dados históricos da Companhia; ii) Recálculo da depreciação calculada pela Administração da Companhia e iii) confronto com os montantes reconhecidos contabilmente para os grupos de ativos que tiveram sua vida útil alterada.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, o que está consistente com a avaliação da Administração.

Reconhecimento de Receita

O reconhecimento de receita da Companhia envolve um alto grau de controle de tecnologia da informação para se assegurar de que todas as receitas de serviços prestados e de mercadorias vendidas tenham sido mensuradas corretamente, e devidamente registradas dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes a serviços prestados ainda a serem faturadas. As receitas auferidas pela Companhia e suas controladas, foi de R\$36.207.874 mil de acordo com a Nota Explicativa 20, e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados na Nota Explicativa 3.19. Tendo em vista a complexidade do processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento da infraestrutura de tecnologia da informação e a assegurar da integridade das informações extraídas dos sistemas de faturamento e utilizadas como elementos essenciais nos cálculos da apuração da estimativa da receita a faturar e, portanto, o correto reconhecimento das receitas da Companhia, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do relatório do auditor do componente e obtenção e revisão dos respectivos papéis de trabalho com objetivo de evidenciar que os procedimentos descritos em nossa instrução de auditoria emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria foram realizados. Dentre os procedimentos realizados, destacamos os seguintes:

- Teste dos controles internos da Companhia: (i) do ambiente geral de controles de tecnologia da informação estabelecidos pela Companhia, que incluem os controles internos sobre o gerenciamento de acesso aos sistemas e dados e o gerenciamento de mudanças nos sistemas e (ii) controles automatizados estabelecidos pela Administração relacionados ao processo de reconhecimento de receita, bem como, controles internos para assegurar a integridade dos relatórios extraídos dos sistemas que são utilizados para determinação do saldo contábil de receita de serviços a faturar;
- Análise do cálculo da estimativa da receita de serviços a faturar;
- Teste dos relatórios extraídos do sistema utilizados para cálculo da receita de serviços a faturar;
- Obtenção de confirmação junto assinantes e revendedores em 31 de dezembro de 2020 e exames de coleta subsequente;
- Exames documentais da receita faturada para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e mensuração das receitas, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Passivos contingentes tributários

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais de natureza tributária em diversas esferas. Conforme divulgado na Nota Explicativa 15.1, o total de causas cuja probabilidade de perda provável é de R\$4.590.536 mil. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação da possibilidade de perda de cada processo, assim como a estimativa do valor de perda dos processos considerados com probabilidade de perda provável, e também da definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do relatório do auditor do componente e obtenção e revisão dos respectivos papéis de trabalho com objetivo de evidenciar que os procedimentos descritos em nossa instrução de auditoria emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria foram realizados. Dentre os procedimentos realizados, destacamos os seguintes:

- Teste dos controles internos relevantes da Companhia sobre os passivos contingentes tributários; Entendimento com base em discussões com a Administração e seus assessores legais internos, sobre os processos em andamento, riscos e controles internos implementados pela Administração;
- Envio de cartas de confirmação aos assessores jurídicos externos contratados pela Administração indagando quanto ao prognóstico em relação às causas patrocinadas e os valores envolvidos em cada ação que a Companhia é parte e confronto com os registros contábeis correspondentes em 31 de dezembro de 2020;
- Testes de validação aritmética dos montantes registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2020, comparativamente aos controles internos utilizados para apurar as estimativas para os processos em andamento cujo prognóstico foi considerado provável pela Administração.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 15.1, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2021.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo Fábio Torres Rodrigues
Contador CRC 1SP-212.827/O-0 Contador CRC 1SP-251.343/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

José Antônio Guaraldi Félix
Diretor Presidente

Roberto Catalão Cardoso
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

José Antônio Guaraldi Félix
Diretor Presidente

Roberto Catalão Cardoso
Diretor de Relações com Investidores